



IPL

instituto politécnico
de leiria

Relatório de Atividades e Gestão Consolidado

Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social

2024

Ficha técnica

Título	Relatório de Atividades e Gestão Consolidado 2024
Editor	Instituto Politécnico de Leiria
Presidência	Presidente: Carlos Manuel da Silva Rabadão
	Vice-presidentes: Pedro António Amado de Assunção
	Maria da Graça Lopes da Silva Mouga Poças Santos
	José Manuel Couceiro Barosa Correia Frade
Data	junho/2025

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	5
2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	11
3. SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO	15
3.1. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE	15
3.2. ATIVIDADE DO GRUPO	19
3.2.1. Instituto Politécnico de Leiria	19
3.2.2. Serviços de Ação Social	25
4. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	35
4.1. RECURSOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS	35
4.2. RECEITAS CONSOLIDADAS	36
4.3. DESPESAS CONSOLIDADAS	38
4.4. SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	40
5. ANÁLISE AO DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO	45
5.1. BALANÇO CONSOLIDADO	45
5.1.1. Estrutura do ativo consolidado	45
5.1.2. Estrutura do património líquido e passivo consolidado	47
5.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	49
5.2.1. Estrutura dos resultados consolidados	49
5.2.2. Estrutura dos rendimentos consolidados	50
5.2.3. Estrutura dos gastos consolidados	52
6. INDICADORES CONSOLIDADOS	57
7. NOTA FINAL	61
ANEXOS	A-1
Demonstrações Financeiras Consolidadas	A-3
Demonstrações Orçamentais Consolidadas	A-49

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior	SIGQ	Sistema Interno de Garantia da Qualidade
AP	Administração Pública	SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
CAE	Centro de Apoio ao Estudante	SS	Segurança Social
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	STEAM	Science, Technology, Engineering, Arts Mathematics
CGA	Caixa Geral de Aposentações	TeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
CIP	Centro de Inovação Pedagógica	UC	Unidade curricular
CNU	Centro Nacional Universitário	UE	União Europeia
CPVC	Centro de Partilha e Valorização do Conhecimento	UnILEO	Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental
CNAES	Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior		
CRID	Centro de Recursos para a Inclusão Digital		
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência		
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior		
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization		
EM@IPLeiria	Estrutura de Missão para o Desenvolvimento do Ecosistema de Leiria & Oeste		
ETI	Equivalente a tempo integral		
FADU	Federação Académica do Desporto Universitário		
FASE*	Fundo de Apoio Social ao Estudante		
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia		
FISU	Federação Internacional de Desporto Universitário		
I&D+i	Investigação, Desenvolvimento e Inovação		
IES	Instituição de Ensino Superior		
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública		
IMC	Índice de Massa Corporal		
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IVA	Imposto sobre o valor Acrescentado		
NCP	Normas de Contabilidade Pública		
OE	Objetivo Estratégico		
OE	Orçamento do Estado		
OO	Objetivo Operacional		
PAFE*	Programa de Atividade Física para Estudantes do Instituto Politécnico de Leiria		
PI	Propriedade intelectual		
PO	Programas Operacionais		
pp	Pontos percentuais		
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência		
RAIDES	Inquérito ao Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior		
RJIES	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior		
RUN-EU	Regional University Network – European University		
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa		
SAP	Short Advanced Programmes		
SAPE	Serviço de Apoio ao Estudante		
SAS	Serviços de Ação Social		

INTRODUÇÃO

O presente **Relatório de Atividades e Gestão Consolidado** evidencia as contas consolidadas do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, para o período económico de 2024, preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), as instruções da Comissão de Normalização Contabilística, as orientações da UniLEO e as orientações do Tribunal de Contas.

Na primeira parte do documento é apresentada uma visão geral das estratégias-chave adotadas pelo Grupo para promover a criação de valor e impulsionar o crescimento do mesmo a longo prazo. Na segunda parte, vislumbra uma análise abrangente do desempenho financeiro do Grupo, incluindo receitas, despesas e outros indicadores-chave durante o período em questão. Decorrente do cumprimento das obrigações legais em vigor, as demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais anexos apresentados foram objeto de fiscalização e certificação legal de contas do Fiscal Único.

O ano 2024 manteve o clima de instabilidade mundial, com a continuidade da guerra na Ucrânia e o conflito armado entre Israel e o Hamas, contribuindo assim para a manutenção das frágeis condições económico-sociais das famílias e das instituições já verificadas no período transato, gerando um constante desafio para todos.

A nível nacional, a valorização do ensino superior politécnico no ano anterior, assinalado pela publicação da Lei n.º 16/2023, de 10 de abril, que procedeu à alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, veio trazer algumas mudanças. No ano em apreço, a permissão para a concessão do grau de doutor no subsistema de ensino superior politécnico, pelo próprio Instituto Politécnico de Leiria, permitiu o alcance de um dos grandes objetivos do Grupo Instituto Politécnico de Leiria.

Reflexo desta mudança e aposta estratégica, este relatório apresenta uma visão sintetizada das atividades realizadas e desafios enfrentados ao longo do ano de 2024. Nele se evidencia o compromisso contínuo com a promoção de um ensino de qualidade e com o contributo para o desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo que se destaca o crescimento sustentado da instituição, tanto a nível nacional como internacional. As atividades apresentadas foram analisadas a partir de diferentes eixos: oferta formativa, garantia da qualidade, captação de estudantes (nacionais e internacionais), investigação, desenvolvimento e inovação (I&D+i), internacionalização, responsabilidade social, inclusão e inovação social, bem como a vertente institucional, abrangendo infraestruturas, valorização do capital humano, agilização de processos e desempenho financeiro.

O presente relatório fornece ainda uma visão generalizada da posição financeira do Grupo, demonstrando o compromisso contínuo com a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas na administração pública. Todavia, a sua leitura não deve substituir a leitura dos relatórios individuais das entidades consolidadas envolvidas.

Na ótica financeira, a análise do exercício do ano 2024 do Grupo revela resultados líquidos positivos. Tal como no exercício económico anterior, o ano de 2024 foi bastante exigente do ponto de vista orçamental e financeiro. No entanto, como é dever de qualquer instituição pública, o Grupo orientou-se por uma gestão cuidadosa e

rigorosa dos recursos financeiros disponíveis, adotando medidas de otimização de recursos que permitam ir ao encontro dos objetivos estratégicos.

Manteve-se também a aposta na captação de financiamento alternativo e, simultaneamente, uma política constante de racionalização e máxima precisão na execução das despesas, contribuindo assim para uma melhor e mais eficiente alocação dos recursos.

Todos os pontos anteriormente referidos, encontram-se explicitados no corpo do relatório que se apresenta de modo a poder explicar a realidade do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, ao longo do ano de 2024.



**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



**Perímetro
de Consolidação**



1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O âmbito de consolidação do Grupo Instituto Politécnico de Leiria abrange as duas entidades autónomas: o Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) e os Serviços de Ação Social (SAS), permanecendo inalterado em relação ao ano transato.

Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria)

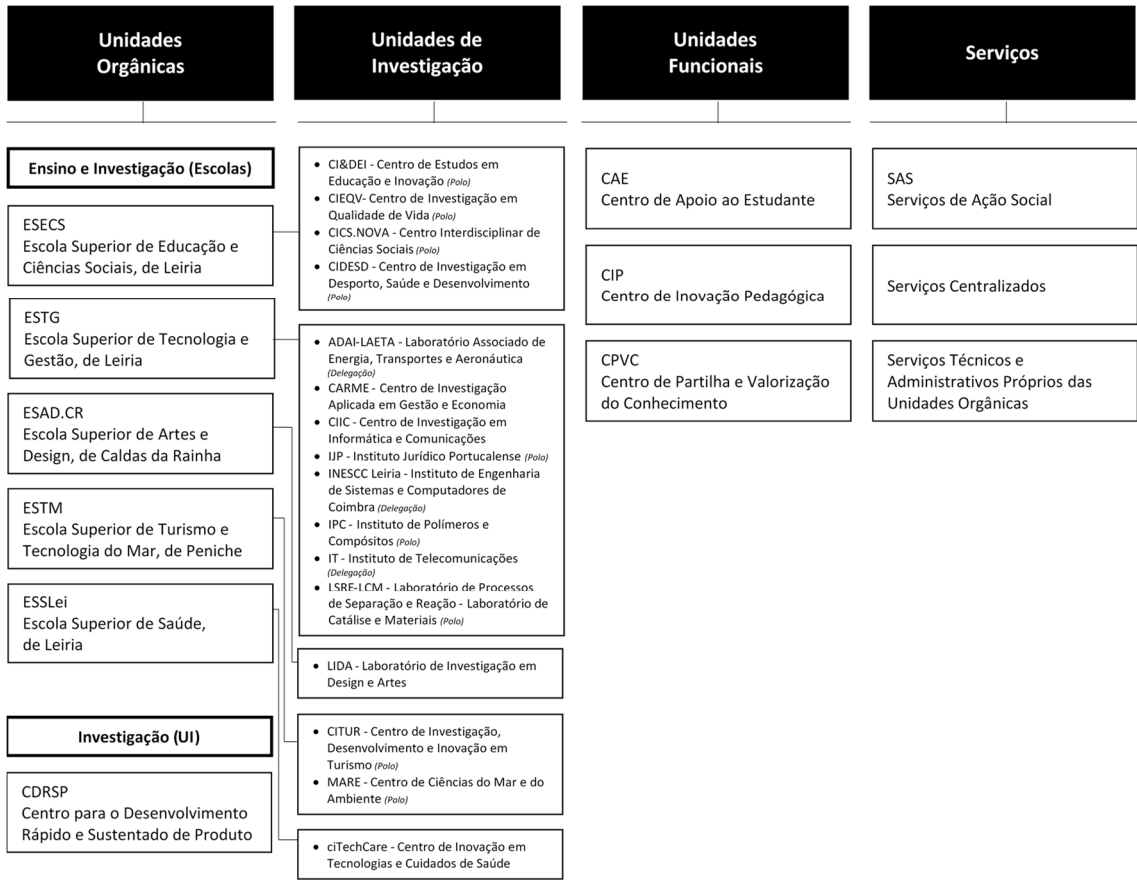


Figura 1 – Organograma do Instituto Politécnico de Leiria no ano 2024

O Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) é uma instituição pública de ensino superior politécnico, que iniciou a sua atividade em 1980. Enquanto instituição de ensino superior, obedece ao disposto no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Tem sede em Leiria e conta com cinco Escolas Superiores: Educação e Ciências Sociais, de Leiria (ESECS); Tecnologia e Gestão, de Leiria (ESTG); Artes e Design, de Caldas da Rainha (ESAD.CR); Turismo e Tecnologia do Mar, de Peniche (ESTM); e Saúde, de Leiria (ESSLei) e 17 unidades de investigação avaliadas positivamente e financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), localizadas em vários pontos da região de Leiria e

Oeste, nomeadamente nas cidades de Leiria, Caldas da Rainha, Peniche, Marinha Grande, Torres Vedras e Pombal.

Através das suas Escolas Superiores e unidades de investigação, assim como de outras estruturas de partilha e valorização de conhecimento [Figura 1]., o Instituto Politécnico de Leiria *“é uma instituição de ensino superior de direito público, inclusiva, dedicada à educação e formação de cidadãos, investigação e inovação, que capacita cidadãos com competências relevantes para a sociedade e que gera conhecimento com impacto no desenvolvimento sustentável regional e global”* (artigo 1.º, n.º 1 dos Estatutos do IPLeiria).

Corroborar ainda por participar *“em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e partilha de conhecimento, assim como de valorização económica, social e cultural do conhecimento científico e artístico.”* (artigo 1.º, n.º 3 dos Estatutos do IPLeiria).

Caracteriza-se igualmente por ser uma *“pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar”* (artigo 3.º dos Estatutos do IPLeiria).

Disponibiliza uma oferta formativa diferenciada, distribuída sobretudo por cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado (1.º ciclo), ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre (2.º ciclo), ciclos de estudos conducentes ao grau de doutoramento (3.º ciclo, alguns ainda em associação com universidades, com atribuição de diploma pela universidade) e ainda formação pós-graduada e de especialização não conferente de grau académico. De salientar também um conjunto de outras formações dirigidas a um outro público-alvo, tais como o curso preparatório para o acesso ao ensino superior de maiores de 23 anos e a formação dirigida a estudantes seniores através do Programa 60+.

O Instituto Politécnico de Leiria pauta-se por, institucionalmente, a qualidade estar presente em todas as dimensões da sua atividade, nomeadamente no ensino. Todos os seus ciclos de estudos cumprem com os requisitos legais e encontram-se acreditados pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). A par da acreditação dos cursos pela A3ES, nos termos da lei, assume extrema relevância a acreditação do Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e o processo de Avaliação Institucional por parte da A3ES.

Nos vários *campi* do Instituto Politécnico de Leiria, os estudantes têm ao seu dispor um conjunto de instalações e equipamentos pedagógicos, científicos e de apoio modernos e bem equipados, dos quais se destacam os inúmeros laboratórios, os amplos recursos documentais e bibliográficos (bibliotecas, B-on – biblioteca científica digital), o fácil acesso à internet (física ou via *wireless*) e os serviços de suporte, de excelente qualidade, ao nível do apoio social de base (bolsas de estudo, cantinas, restaurantes, residências, serviços médicos) e do apoio psicológico e psicopedagógico.

O Instituto Politécnico de Leiria tem vindo a desenvolver a sua atividade de investigação, desenvolvimento e inovação, de forma cada vez mais consistente e vinculada, sendo dinamizada de forma interdisciplinar e colaborativa, a nível regional por um ecossistema de I&D+i que envolve entidades do tecido económico, setores sociais, professores, investigadores e estudantes, através de projetos ou pela prestação de serviços, que se

alinham com a especialização inteligente da região. A nível global, esta dinamização é feita com recurso a parcerias com diversos e diferentes parceiros em projetos internacionais e a aliança com a Universidade Europeia – *Regional University Network* (RUN-EU), que aliados aos parceiros europeus, expandem o ecossistema de I&D+i, na promoção de projetos conjuntos, ligação ao ensino e capacitação para as competências de futuro.

Partindo da sua natureza multidisciplinar e diversificada, o Instituto Politécnico de Leiria tem procurado afirmar-se, não apenas no espaço europeu de ensino superior e no espaço lusófono, mas também a nível internacional. A sua estratégia de internacionalização concentra-se em iniciativas e atividades que promovem a mobilidade internacional de estudantes, professores, investigadores e pessoal técnico e administrativo, no intercâmbio de estudantes internacionais e fomentando simultaneamente a colaboração em projetos conjuntos de formação, investigação e extensão com parceiros internacionais. As ações dentro da União Europeia, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da América Latina e da China são vistas com particular atenção, por se considerarem de extrema importância.

Paralelamente, o Instituto Politécnico de Leiria desenvolve ainda atividades de apoio ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio cultural, científico e técnico da comunidade onde se encontra inserido, colaborando para a formação e qualificação dos recursos humanos em várias áreas de conhecimento, dentro da sua esfera de competências.

Serviços de Ação Social



Figura 2 – Organograma dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria no ano 2024

Os Serviços de Ação Social (SAS) são um serviço do Instituto Politécnico de Leiria, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, regendo-se por regulamento próprio.

Os Serviços de Ação Social procuram garantir, na sua relação direta com os estudantes, a existência de uma política de ação social, superiormente definida, que permita o acesso e a frequência do ensino superior por parte de todos os estudantes, desenvolvendo os esforços necessários para que nenhum seja excluído por incapacidade financeira. No âmbito da sua atuação, disponibilizam apoios diretos, tais como bolsas de estudo, auxílios de emergência e apoios especiais a estudantes com necessidades educativas específicas; assim como disponibilizam também apoios indiretos, consubstanciando-se em serviços de alimentação, alojamento, saúde, atividades culturais e desportivas.

A par dos apoios referidos, compete aos Serviços de Ação Social identificar casos de carência económica, desadaptação ao ambiente escolar e demais situações que possam afetar o sucesso escolar e a integração académica dos estudantes. Estes Serviços garantem, igualmente, a devida assistência aos estudantes com necessidades educativas específicas, propondo as ações mais adequadas a cada situação.

Os Serviços de Ação Social estão presentes nos cinco *campi* do Instituto Politécnico de Leiria, nas cidades de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, detendo, ainda, unidades de alojamento protocolado na Batalha, em Leiria e em Torres Vedras, garantindo, deste modo, um acompanhamento mais próximo dos estudantes.

Podemos constatar através da estrutura organizacional [Figura 2], que reportando diretamente ao Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, a gestão corrente dos Serviços de Ação Social é da responsabilidade do Administrador para a Ação Social. Ao Conselho de Ação Social, constituído pelo Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, pelo Administrador dos Serviços de Ação Social, por um representante dos estudantes bolseiros e por um representante dos estudantes não bolseiros, compete aprovar a aplicação da política da ação social, propondo mecanismos que garantam a qualidade dos serviços prestados e a orientação dos apoios a conceder aos estudantes.



**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



**Enquadramento
Estratégico**



2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Missão, visão e valores organizacionais



MISSÃO

O QUE FAZEMOS

O Instituto Politécnico de Leiria é uma instituição de ensino superior multicultural dedicada à educação, formação, investigação e inovação, que capacita cidadãos com competências relevantes para a sociedade e que gera conhecimento com impacto no desenvolvimento sustentável regional e global.

in Plano Estratégico 2030 do Instituto Politécnico de Leiria



VISÃO

ONDE QUEREMOS IR

Em 2030 somos uma universidade politécnica reconhecida, nacional e internacionalmente, pela qualidade e atualidade na formação, suportada pela flexibilidade e inovação pedagógica dos percursos académicos, pelo conhecimento ao serviço da sociedade, pela centralidade criativa e cultural e pelos contributos para o desenvolvimento global sustentável.

in Plano Estratégico 2030 do Instituto Politécnico de Leiria



VALORES

O QUE VALORIZAMOS

Caracteriza-se por ser uma instituição que privilegia os valores da Qualidade, da Criatividade e Inovação, da Ética e Responsabilidade, da Sustentabilidade, da Pluralidade e da Inclusão.

in Plano Estratégico 2030 do Instituto Politécnico de Leiria

Orientação estratégica

O Plano Estratégico do Instituto Politécnico de Leiria para o horizonte 2021-2030 está estruturado em seis Objetivos Estratégicos (OE), desagregados por um total de 16 Objetivos Operacionais.

- OE1.** Ser uma universidade politécnica do futuro
- OE2.** Promover a excelência no ensino
- OE3.** Criar investigação e inovação com impacto
- OE4.** Valorizar as pessoas
- OE5.** Melhorar e transformar os espaços físicos e virtuais
- OE6.** Gerar centralidade social, criativa e cultural

Quadro 1 – Plano Estratégico 2030 do Instituto Politécnico de Leiria: Objetivos Estratégicos e Operacionais

Objetivo Estratégico (OE)		Objetivo Operacional (OO)
[OE1] SER UMA UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DO FUTURO	[001]	Reforçar a criação e a participação em redes de cooperação nacionais e internacionais promotoras da transformação da sociedade, em resposta aos desafios regionais e globais emergentes
	[002]	Ter oferta formativa de qualidade, atual e inovadora pela criação de programas conjuntos, introduzindo maior flexibilidade e interdisciplinaridade, em linha com a estratégia europeia para o ensino superior
	[003]	Obter o reconhecimento da designação de Universidade Politécnica e a possibilidade de outorga do grau de Doutor
[OE2] PROMOVER A EXCELÊNCIA NO ENSINO	[004]	Promover formações para as competências do futuro (multidisciplinares, competências transversais, modulares)
	[005]	Criar contextos de aprendizagem inovadores, centrados nos estudantes
	[006]	Estabelecer experiências e/ou contextos de internacionalização em toda a oferta formativa
[OE3] CRIAR INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO COM IMPACTO	[007]	Atrair e reter investigadores nacionais e internacionais
	[008]	Aumentar a relevância e o impacto do conhecimento produzido, associado a novos ou melhorados produtos, processos e serviços
	[009]	Alargar as redes de parceiros nacionais e internacionais
[OE4] VALORIZAR AS PESSOAS	[0010]	Atrair e reter as melhores pessoas e proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional
	[0011]	Promover a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal dos colaboradores
[OE5] MELHORAR E TRANSFORMAR OS ESPAÇOS FÍSICOS E VIRTUAIS	[0012]	Transformar e requalificar os <i>campi</i> , tornando-os <i>Campi</i> Sustentáveis, melhorando as condições de trabalho, os espaços colaborativos e o bem-estar da comunidade
	[0013]	Fomentar a transformação digital, harmonizando os espaços físicos e virtuais em termos de infraestruturas, equipamentos, sistemas e processos
[OE6] GERAR CENTRALIDADE SOCIAL, CRIATIVA E CULTURAL	[0014]	Ser promotor do desenvolvimento de redes colaborativas regionais, nacionais e internacionais no âmbito das artes e da cultura
	[0015]	Fomentar a responsabilidade social
	[0016]	Promover o desenvolvimento regional e nacional pela promoção da saúde, pelo desporto e bem-estar, incluindo a criação de <i>healthy campi</i>

Fonte: Plano Estratégico 2030 do Instituto Politécnico de Leiria.



**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



Síntese da Atividade do Grupo



3. SÍNTESE DA ATIVIDADE DO GRUPO

3.1. PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

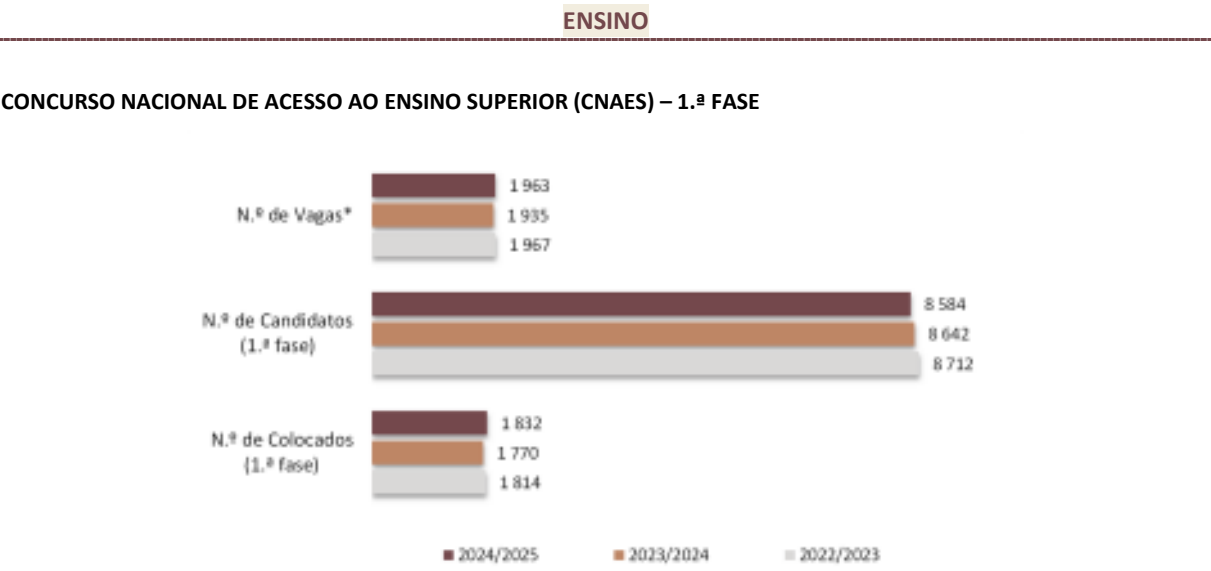


Gráfico 1 – Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior | Instituto Politécnico de Leiria

(*) Inclui o reforço de vagas em 2021/22 e 2022/23 (face ao divulgado inicialmente), situação consentida pelo Governo a todas as instituições de ensino superior, na sequência do aumento excecional no número de candidatos face aos anos anteriores.

Fonte: Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).

INGRESSOS – NOVOS ESTUDANTES

Quadro 2 – Estudantes inscritos no 1.º ano pela 1.ª vez | Instituto Politécnico de Leiria

INSCRITOS 1A1V	2022/2023	2023/2024	2024/2025 ⁽¹⁾
TeSP	1.126	884	1.053
1.º Ciclo	2.632	2.239	2.616
2.º Ciclo	1.076	855	908
Total	4.834	3.978	4.577

(1) Dados provisórios (a DGEEC não publicou ainda os resultados definitivos do RAIDES 2024).
Fonte: Inquérito do Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior (RAIDES), da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), dados a 31 de dezembro.

INSCRITOS E DIPLOMADOS

Quadro 3 – Estudantes inscritos e diplomados | Instituto Politécnico de Leiria

	2022/2023	2023/2024	2024/2025*
INSCRITOS			
TeSP	2.277	2.055	1.974
1.º Ciclo	8.688	8.327	8.431
2.º Ciclo	2.460	2.062	1.746
3.º Ciclo	-	-	10
Pós-graduação/Pós-licenciatura	229	217	198
Curso preparatório M23	73	67	77
Total	13.727	12.728	12.436

	2021/2022	2022/2023	2023/2024*
DIPLOMADOS			
TeSP	634	591	703
1.º Ciclo	1.701	1.801	1.715
2.º Ciclo	459	484	424
Total	2.794	2.876	2.842

(*) Dados provisórios, uma vez que a DGEEC não publicou ainda os resultados definitivos do RAIDES 2024.
Nota: Não inclui estudantes ao abrigo de programas de mobilidade (*incoming*), em cursos de formação contínua e no Programa 60+.
Fonte: Inquérito RAIDES, DGEEC, dados a 31 de dezembro.

No ano letivo 2023/2024, a comunidade estudantil do Instituto Politécnico de Leiria regista ≈12.450 estudantes [Quadro 3]. Alargando o ecossistema académico, se a este número acrescentarmos os estudantes ao abrigo de programas de mobilidade de curta duração, dos cursos de formação contínua e do Programa 60+, resulta um ecossistema académico com ≈14.300 estudantes.

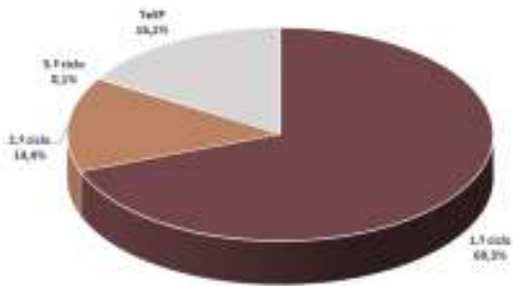


Gráfico 2 – Peso relativo dos inscritos por ciclo de estudos, em 2024/2025

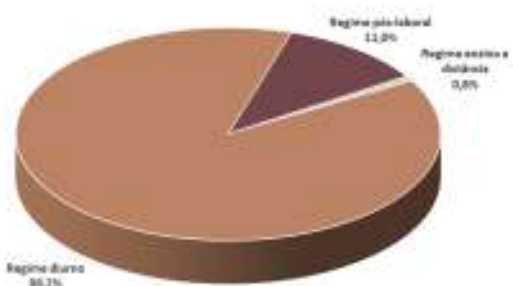


Gráfico 3 – Distribuição percentual dos inscritos no 1.º ciclo por regime de funcionamento, em 2024/2025

INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

PROJETOS FINANCIADOS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO

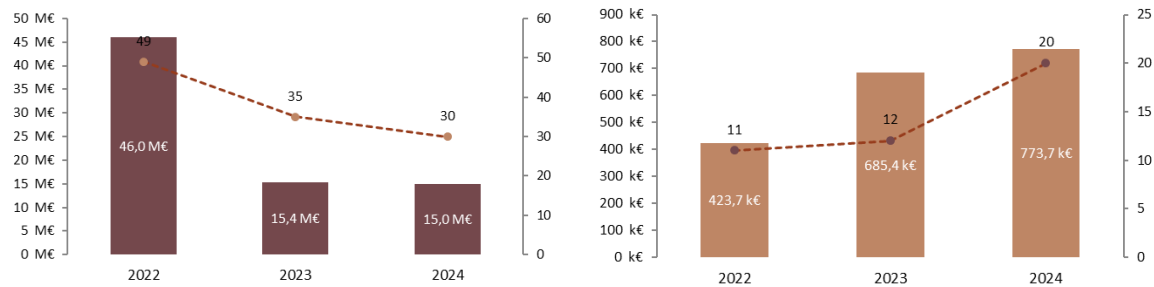


Gráfico 4 – Projetos com financiamento aprovado em cada ano | Orçamento Instituto Politécnico Leiria

Gráfico 5 – Prestações de serviço I&D+i adjudicadas em cada ano, de valor superior a 10k€ | Instituto Politécnico Leiria

Fonte: Gabinete de Gestão de Ciência e Apoio à Investigação, Instituto Politécnico de Leiria

PRODUÇÃO CIENTÍFICA



Gráfico 6 – Produção científica indexada na Scopus | Instituto Politécnico de Leiria

Notas: 1) Excluídos registos com status = *in press*; 2) Apenas consideradas publicações em revistas internacionais com indexação, publicações em conferências internacionais indexadas, livros e capítulos de livros indexados.

Fonte: Gabinete de Gestão de Ciência e Apoio à Investigação, Instituto Politécnico de Leiria.

PROPRIEDADE INTELECTUAL (PI)

Quadro 4 – Propriedade intelectual, concessões (valor acumulado) | Instituto Politécnico de Leiria

	2020	2021	2022	2023	2024
Patentes Nacionais	34	48	56	59	60
Patentes Internacionais	9	14	19	19	20
Modelos de Utilidade	15	16	18	18	18
Design / Modelos Nacionais	141	141	142	143	143
Design / Modelos Internacionais	7	12	26	26	26
Marcas Nacionais	76	98	103	103	103
Marcas Europeias	1	3	4	4	4
Direitos de Autor (<i>copyright</i>)	8	8	9	9	9
Total	289	340	377	381	383

Fonte: Gabinete de Gestão de Ciência e Apoio à Investigação, Instituto Politécnico de Leiria

APOIO SOCIAL

BOLSAS DE ESTUDO (DGES)

(Bolsa de estudo do ensino superior – concedida a fundo perdido pelo Estado e paga diretamente ao estudante pela DGES)

Quadro 5 – Bolsas de estudo atribuídas a estudantes | Instituto Politécnico de Leiria

Ano letivo	N.º de candidaturas a bolsa de estudo	N.º de bolsas de estudo atribuídas	% bolsas atribuídas
2020/2021	4.143	3.245	78,3%
2021/2022	4.207	3.302	78,5%
2022/2023	4.364	3.339	76,5%
2023/2024	4.438	3.466	78,1%

Fonte: Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).

BOLSAS FASE®

(Bolsa FASE® – medida de apoio social desenvolvida pelo Instituto Politécnico de Leiria, no âmbito da sua responsabilidade social)

Quadro 6 – Bolsas FASE® atribuídas a estudantes | Instituto Politécnico de Leiria

Ano letivo	FASE® N.º de candidatos	FASE® N.º de colocados	% de estudantes apoiados
2020/2021	301	181	60,1%
2021/2022	359	241	67,1%
2022/2023	358	208	58,1%
2023/2024	366	209	57,1%

FASE® - Fundo de Apoio Social ao Estudante do Instituto Politécnico de Leiria.

Fonte: Serviços de Ação Social, Instituto Politécnico de Leiria.

RECURSOS HUMANOS

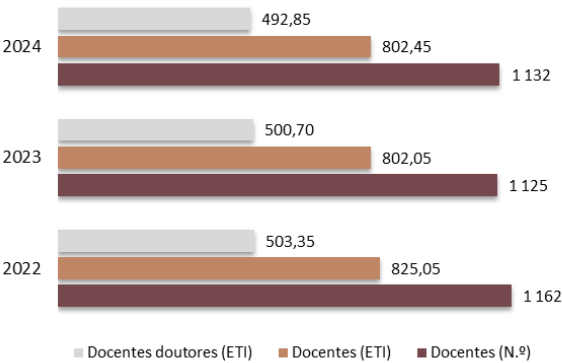


Gráfico 7 – Docentes, a 31 de dezembro | Instituto Politécnico de Leiria

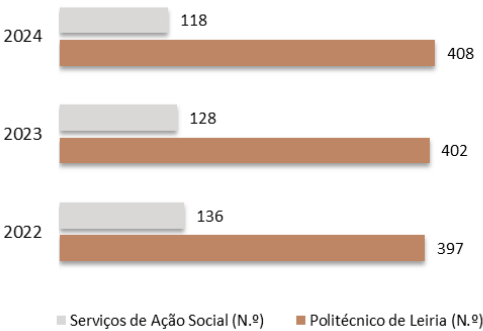


Gráfico 8 –Técnicos e administrativos, a 31 de dezembro | Instituto Politécnico de Leiria

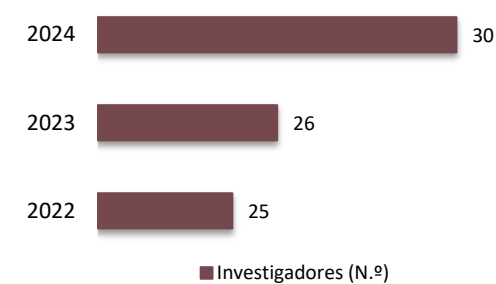


Gráfico 9 – Investidores, a 31 de dezembro | Instituto Politécnico de Leiria

Fonte: Direção de Serviços de Gestão de Pessoas, Instituto Politécnico de Leiria

3.2. ATIVIDADE DO GRUPO

(Símula da informação constante do Relatório de Atividades 2024 de cada uma das entidades objeto de consolidação)

3.2.1. Instituto Politécnico de Leiria

Em consonância com o conteúdo e estrutura do respetivo Plano e Relatório de Atividades, de seguida destaca-se a informação que caracteriza o desempenho não financeiro do Instituto Politécnico de Leiria, em cada um dos seis Objetivos Estratégicos do seu Plano Estratégico 2030, no ano económico de 2024.

Ser uma universidade politécnica do futuro [OE1]

[OE1_OO1] Reforçar a criação e a participação em redes de cooperação nacionais e internacionais promotoras da transformação da sociedade, em resposta aos desafios regionais e globais emergentes

O cenário de transformação global, aliado ao desenvolvimento sustentável da região, carece de uma rede de cooperação que potencie uma visão para as regiões de Leiria e do Oeste, com identificação das prioridades e das medidas específicas a adotar localmente. Neste sentido, a constituição da Estrutura de Missão para o Desenvolvimento do Ecosistema da Região de Leiria e Oeste (EM@IPLeiria), como projeto a longo prazo, pretende diagnosticar os pontos fortes e fracos de cada concelho, de forma a encontrar oportunidades e soluções para tornar cada território mais atrativo e gerador de riqueza e com capacidade de captação de estudantes.

Já no âmbito internacional, é de referir também a participação do Instituto Politécnico de Leiria em diversas redes internacionais, considerada um fator determinante para potenciar a partilha de informação, geradora de ferramentas e mecanismos auxiliares para enfrentar os desafios com que nos deparamos decorrentes da globalização e das constantes e emergentes mudanças.

[OE1_002] Ter oferta formativa de qualidade, atual e inovadora pela criação de programas conjuntos, introduzindo maior flexibilidade e interdisciplinaridade, em linha com a estratégia europeia para o ensino superior

Sendo o Instituto Politécnico de Leiria uma Instituição de Ensino Superior (IES) que promove um ensino de máxima qualidade, marcada pela inovação e atenta à atualidade, é seu foco estar alinhado e em estreita conexão com a estratégia europeia para o ensino superior, e que passe pelo envolvimento em programas conjuntos com IES internacionais.

Neste sentido, destacam-se os trabalhos conduzidos no âmbito da Universidade Europeia RUN-EU, para a qual foram realizadas missões exploratórias de fomento à mobilidade, à cooperação e a articulação entre programas de ciclos de estudos, nomeadamente a preparação de doutoramentos conjuntos e cursos avançados de curta duração (*Short Advanced Programmes, SAP*), onde os programas de *double degree* e *joint degrees* também assumem um papel fundamental.

De salientar que em 2024, foi acreditado o curso de doutoramento em Engenharia da Digitalização, em associação com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e com a *Technological University of the Shannon (Republic of Ireland)*.

Desejando manter a qualidade e excelência do ensino que é ministrado no Instituto Politécnico de Leiria, foram promovidas novas iniciativas de oferta formativa a distância, seja através de *e-Learning* ou *b-Learning*, potenciando a inovação pedagógica e oferecendo oportunidades de aprendizagem acessíveis e flexíveis para um número maior de estudantes.

[OE1_003] Obter o reconhecimento da designação de Universidade Politécnica e a possibilidade de outorga do grau de Doutor

A Lei n.º 16/2023, publicada no Diário da República em 10 de abril de 2023, veio estabelecer a possibilidade de concessão do grau de doutor no subsistema de ensino superior politécnico e a adoção da designação "*Polytechnic University*".

A possibilidade formal e legal da outorga do grau de doutor permite atualmente ao IPLeiria uma maior competitividade, enquanto instituição de ensino superior global e oportunidades de investigação com impacto em toda a região de Leiria e Oeste, particularmente aos seus diferentes setores económicos e sociais.

Neste âmbito, destaca-se que a partir de 2024 o IPLeiria está autorizado a outorgar o grau de Doutor, em conjunto com a Universidade do Minho, relativamente ao Doutoramento em Fabrico Digital Direto para as Indústrias dos Polímeros e Moldes, que funciona - já desde 2020 - em associação com a Escola de Engenharia daquela universidade. Em 2024 foi também acreditado o curso de doutoramento em Engenharia da Digitalização, em associação com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e com a *Technological University of the Shannon (Republic of Ireland)*.

Além disso, o Instituto Politécnico de Leiria desencadeou a preparação de propostas de doutoramento próprios, nas áreas em que já estão reunidas as condições legais para o efeito, nomeadamente, a de ter 75% dos docentes do doutoramento integrados em unidades de investigação próprias com a classificação mínima de "Muito Bom" na avaliação FCT, de acordo com os critérios definidos no Regime Jurídico de Graus e Diplomas do Ensino Superior, com vista à sua submissão para acreditação pela A3ES no início de 2025.

Promover a excelência no ensino [OE2]

[OE2_004] Promover formações para as competências do futuro (multidisciplinares, competências transversais, modulares)

A oferta formativa anual do Instituto Politécnico de Leiria é muito vasta e diversificada, onde cada vez mais cursos integram um número elevado de unidades curriculares (UC) optativas, que são obrigatórias para a conclusão do curso, livres ou condicionadas. O Instituto Politécnico de Leiria encontra-se a desenvolver esforços no sentido de proporcionar um aumento do número de opções de escolha livre disponíveis para os estudantes e para tal, no ano em apreço e na sequência de uma recomendação do Conselho Académico, as Escolas desenvolveram processos de revisão e alteração aos planos de estudos em vigor para que contemplassem cerca de 10% de créditos de escolha livre. Estas alterações deverão entrar em vigor, na sua maioria, no próximo ano letivo, assim como as novas propostas de licenciaturas e mestrados desenvolvidas durante o ano de 2024, para submissão à A3ES no início de 2025, foram criadas atendendo a este pressuposto.

Por outro lado, promovendo a partilha de conhecimento específico, o conhecimento da realidade empresarial regional e o contacto com experiências de sucesso, em termos de desenvolvimento profissional, foram desenvolvidos vários eventos, organizados pelas suas Escolas Superiores (ações de informação/sensibilização, visitas de estudo, semana/dias abertos – nas Escolas e nas instituições empregadoras –, aulas abertas, seminários, saídas de campo, etc.), contando também, com várias sessões de esclarecimento e sensibilização sobre a integração nos estágios curriculares e formação em contexto de trabalho.

Na sequência da recomendação do Conselho da União Europeia, de 16 de junho de 2022, relativa à abordagem europeia das microcredenciais para a aprendizagem ao longo da vida e a empregabilidade, foi designada, através do Despacho n.º 36/2023, uma comissão para o estudo, elaboração e acompanhamento de propostas de microcredenciais no Instituto Politécnico de Leiria. Em maio de 2024 esta comissão apresentou um relatório que se pretende constituir como a base para a implementação desta realidade no IPLeiria.

[OE2_005] Criar contextos de aprendizagem inovadores, centrados nos estudantes

Considerando a importância da perspetiva dos estudantes sobre o ensino que lhes é ministrado e com foco num ensino centrado no estudante, os inquéritos pedagógicos, disponibilizados *online* semestralmente a todos os estudantes, desempenharam um papel fundamental na melhoria contínua da qualidade. Por esta via, os estudantes colaboram ativa, direta e construtivamente na melhoria do processo de ensino e aprendizagem da Instituição.

De referir ainda que, no decorrer do ano em apreço, os docentes participaram ativamente em inúmeras iniciativas, programas e projetos na área da inovação pedagógica, quer promovidos pelo Instituto Politécnico de Leiria, quer por entidades externas, cuja finalidade é estimular a qualidade do ensino e aprendizagem nas formações do Instituto Politécnico de Leiria.

Neste âmbito, o Centro de Inovação Pedagógica do IPLeiria, em colaboração com os Conselhos Pedagógicos das suas Escolas, organizou as IX Jornadas Pedagógicas. Estas jornadas culminam o Plano de Formação Pedagógica 2023/2024, sendo um espaço de reflexão e partilha de competências digitais dos professores do ensino superior. As IX Jornadas Pedagógicas do Politécnico de Leiria tiveram lugar nos dias 17 e 18 de julho de 2024, sendo dirigidas aos docentes da Instituição. O evento teve uma dimensão presencial no dia 17 de julho, no auditório 2 da ESECS, e online no dia 18 de julho.

[OE2_006] Estabelecer experiências e/ou contextos de internacionalização em toda a oferta formativa

Em relação à internacionalização, o Instituto Politécnico de Leiria tem apostado na participação num leque variado de programas, projetos e redes internacionais, de modo a ampliar a sua visibilidade no exterior e a potenciar oportunidades de intercâmbio de estudantes, de pessoal docente e não docente.

No decorrer do ano 2024, o Instituto Politécnico de Leiria continuou a assegurar a sua participação em várias redes de parceria com universidades e instituições internacionais promotoras de mobilidade e captação de estudantes, das quais já participava em anos anteriores, continuando assim a estreitar ligações.

No sentido de promover a melhor integração dos estudantes em mobilidade que escolhem o IPLeiria como instituição de ensino de destino, tem sido colocada em prática a disponibilização de unidades curriculares em que os conteúdos programáticos são lecionados em inglês e cuja oferta continuou a aumentar no ano em análise.

Criar investigação e inovação com impacto [OE3]**[OE3_007] Atrair e reter investigadores nacionais e internacionais**

Com o intuito de atrair mais investigadores, quer nacionais quer internacionais, o Instituto Politécnico de Leiria desenvolveu algumas estratégias, nomeadamente a abertura de alguns procedimentos concursais de emprego científico.

O IPLeiria contou, ainda, com a colaboração de bolseiros de investigação que, não obstante, não integram o mapa de pessoal do IPLeiria, muito contribuíram para a execução das atividades de I&D. Sendo na sua maioria estudantes no IPLeiria, os bolseiros de investigação contribuíram também para fortalecer a ligação entre ensino e investigação nas diversas Escolas Superiores e unidades de investigação.

[OE3_008] Aumentar a relevância e o impacto do conhecimento produzido, associado a novos ou melhorados produtos, processos e serviços

Sendo esta vertente da produção científica altamente valorizada no Instituto Politécnico de Leiria, foram encetados esforços para salientar a relevância e o impacto que esse conhecimento acrescido pode produzir na realidade académica, empresarial e social.

Assim, foram várias as mostras públicas em que o Instituto Politécnico de Leiria participou, permitindo a divulgação das mais recentes descobertas e o suporte às incubadoras e aceleradoras parceiras. De salientar ainda a aposta no aumento das publicações de ordem científica, nomeadamente artigos, capítulos de livros ou livros, de carácter nacional e/ou internacional, tendo-se também, vindo a adquirir material diverso, para criar melhores condições para a investigação científica e para os investigadores.

[OE3_009] Alargar as redes de parceiros nacionais e internacionais

Apenas com a existência de fortes e sólidas parcerias se consegue a ligação da realidade académica à realidade empresarial, que permita uma conexão o mais assertiva possível. Com este intuito, foram realizadas diversas ações conjuntas com outras entidades, nacionais e internacionais, visando a implementação de estratégias de colaboração inovadoras e passando pelo reforço dos vários protocolos e parcerias com *clusters* setoriais, parceiros de projetos, associações e entidades externas.

Foi realizada também uma aposta no desenvolvimento de projetos de investigação e inovação e, posteriormente, na sua divulgação e mostra da atividade desenvolvida, tendo sido igualmente incrementada a participação em conferências e congressos, assim como a organização e participação em eventos de carácter científico.

Outra forte aposta do Instituto Politécnico de Leiria assenta na expansão da rede de parceiros académicos e não-académicos da RUN-EU, com vista a criar novas sinergias e aumentar o número de parceiros associados à nossa instituição, numa ótica mais internacional. Além da participação em diversas ações formativas no âmbito da RUN-EU, regista-se igualmente a participação nas reuniões e missões por esta promovidas.

Valorizar as pessoas [OE4]

[OE4_OO10] Atrair e reter as melhores pessoas e proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional

As pessoas são um dos pilares mais importantes do Instituto Politécnico de Leiria e, como tal, é um dos seus principais objetivos proporcionar crescimento e oportunidades de desenvolvimento profissional aos seus colaboradores.

Neste mote, o Instituto Politécnico de Leiria disponibilizou aos seus colaboradores, um Plano de Formação em consonância com as necessidades de formação previamente identificadas, assim como diversas outras ações de formação, em várias áreas temáticas, tendo sido oferecida, igualmente, a oportunidade de frequentar UC de vários ciclos de estudo existentes no Instituto Politécnico de Leiria, enquanto formação profissional, com vista ao crescente enriquecimento dos colaboradores.

Foram igualmente realizados diversos procedimentos concursais, processos contratuais e mobilidades, com vista não só ao reforço do corpo docente, técnico e administrativo, como também ao desenvolvimento das carreiras das pessoas, assim como processos de mobilidade *outgoing* de pessoal docente, técnico e administrativo.

[OE4_OO11] Promover a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal dos colaboradores

Com vista a proporcionar a melhor conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal aos seus colaboradores, o Instituto Politécnico de Leiria reforçou, ao longo do ano 2024, diversas medidas, tais como o teletrabalho e o regime de trabalho ajustado (meia-jornada).

Foram realizados diversos momentos de confraternização e convívio entre colaboradores, assim como atividades desportivas dirigidas aos colaboradores e outras medidas promotoras de um ambiente de trabalho saudável. Iniciou-se ainda a implementação do projeto Saudavelmente dirigido a todos os colaboradores do Instituto Politécnico de Leiria.

Neste âmbito, foram várias as campanhas promotoras do bem-estar físico e mental, desde a Pausa Digital, a Pausa Ativa, até as ações de formação sobre postura corporal no trabalho e a disponibilização de temas de desenvolvimento pessoal no plano de formação.

Melhorar e transformar os espaços físicos e virtuais [OE5]**[OE5_OO12] Transformar e requalificar os campi, tornando-os Campi Sustentáveis, melhorando as condições de trabalho, os espaços colaborativos e o bem-estar da comunidade**

Com o objetivo de melhorar, não só os espaços físicos, mas também as condições de trabalho, espaços colaborativos e o bem-estar da comunidade académica, foram realizadas diversas obras de requalificação e melhoria de espaços, de onde se destacam a insonorização de espaços e a reabilitação de espaços exteriores. Foi, ainda, adquirido mobiliário e outro equipamento para melhoria dos gabinetes, assim como atribuído equipamento com características ergonómicas aos colaboradores, de acordo com as indicações da Medicina do Trabalho.

Durante o ano 2024, desenvolveram-se igualmente trabalhos no âmbito dos processos de requalificação das residências de estudantes, assim como estudos técnicos para a construção das novas residências de estudantes e as diversas requalificações de outros edifícios planeadas.

[OE5_OO13] Fomentar a transformação digital, harmonizando os espaços físicos e virtuais em termos de infraestruturas, equipamentos, sistemas e processos

Com o objetivo de modernizar e fomentar a transformação digital, foram encetadas diversas ações e desenvolvidos novos componentes, para melhoria dos sistemas de informação, ao nível dos sites e portais institucionais, bem como a atualização e renovação das licenças existentes.

Com vista à simplificação administrativa e a maior transparência na realização das tarefas, foram desenvolvidas diversas análises, em termos de processos, tarefas e circuitos de informação, inerentes às diversas atividades, de modo a minimizar a burocracia e a evitar a replicação de tarefas por diferentes serviços.

Em 2024 foi conhecida a decisão de acreditação pelo período máximo de 6 anos, sem condições, do IPLeiria no âmbito do processo de Avaliação Institucional, renovando-se também a certificação do SIGQ e atestando o cumprimento pela instituição dos pressupostos e requisitos de garantia da qualidade.

Gerar centralidade social, criativa e cultural [OE6]**[OE6_OO14] Ser promotor do desenvolvimento de redes colaborativas regionais, nacionais e internacionais no âmbito das artes e da cultura**

Dada a importância da colaboração entre várias redes, quer sejam de âmbito regional, nacional ou internacional, o Instituto Politécnico de Leiria continua a aplicar esforços no sentido de fortalecer e promover as suas redes colaborativas.

Como tal, no decorrer do ano 2024, foram dinamizadas diversas ações e implementados diversos projetos promotores da entre ajuda entre instituições e entidades, na vertente direcionada à arte e à cultura.

Além da crescente inserção de eventos culturais na Agenda Cultural do Instituto Politécnico de Leiria, amplamente divulgada entre a comunidade académica e nas redes sociais, são de destacar, também, as várias exposições, mostras e apresentações públicas que decorreram nos vários *campi*, assim como a realização de diversas atividades culturais em parceria com outras entidades fora dos *campi*.

[OE6_OO15] *Fomentar a responsabilidade social*

No âmbito da responsabilidade social e com o objetivo de responsabilizar socialmente a comunidade académica e alertar para a realidade social que nos rodeia, o Instituto Politécnico de Leiria realizou, durante o ano de 2024, diversas atividades, entre as quais, ações de voluntariado desenvolvidas em entidades externas, por elementos da nossa comunidade, importantes para a consciencialização do seu papel na sociedade e geradoras de novas competências para os seus intervenientes ao nível da responsabilização social.

De salientar ainda, a publicação no ano em apreço, do Código de Conduta do IPLeiria, Regulamento n.º 1331/2024, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 225, de 20 de novembro e divulgado pela comunidade académica. O desenvolvimento e Implementação de um regulamento dos princípios de integridade ética, práticas e condutas do IPLeiria procura enobrecer o trabalho desenvolvido na instituição e clarificar de forma expressa, os valores, princípios e normas de conduta que devem vigorar na sua comunidade académica.

O Código de Conduta do IPLeiria tem por objeto o conjunto de princípios e valores a observar por toda a comunidade académica no âmbito da sua atividade profissional e/ou académica e visa ainda orientar a comunidade académica no comportamento a adotar em ambiente profissional ou académico, apresentando-se como um referencial de conduta, e contribuir para a afirmação do IPLeiria enquanto instituição de referência e excelência, pautada pela integridade, idoneidade, rigor e competência.

[OE6_OO16] *Promover o desenvolvimento regional e nacional pela promoção da saúde, pelo desporto e bem-estar, incluindo a criação de healthy campi*

Um dos compromissos do IPLeiria é a promoção da saúde e bem-estar da sua comunidade académica, isto é, dos seus estudantes, docentes, técnicos e administrativos. Partindo deste objetivo, e em estreita ligação entre as direções das Escolas, a equipa *Healthy Campus* e o Setor do Desporto dos SAS, foram dinamizadas inúmeras ações promotoras da saúde e desporto, que visam diminuir o sedentarismo e a inatividade física: Troféu de Karting; Caminhada Solidária; Gala do Desporto; IV Mostra do Desporto Adaptado do Politécnico de Leiria, Dia Mundial Atividade Física, dias *BeActive & Healthy*, II Meeting Desportos na Areia, Dia Mundial da Criança, VIII Torneio Interescolas do Politécnico de Leiria, Politécnico de Leiria Surfing Experience, entre outros.

No ano de 2024 foi realizada uma nova auditoria que manteve a certificação Platina. Para obterem a certificação, as academias são avaliadas em ciclos de dois anos. O primeiro ciclo consiste num processo de autoavaliação, analisado por um júri internacional, enquanto o segundo tem por base uma auditoria efetuada na instituição. Após a finalização do primeiro ciclo, o IPLeiria atingiu o nível de certificação de Platina, o grau máximo de cinco níveis de desempenho definidos pela FISU.

Igualmente neste domínio, no ano de 2024, é de relevar a realização, no dia 29 de novembro, das II Jornadas *Healthy Campus* Politécnico de Leiria com o tema “Promoção da qualidade (de)vida no Campus” e a Final Conference Green Campus.

3.2.2. Serviços de Ação Social

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria, durante o ano de 2024, incidiram a atuação dos seus serviços, norteados pelas orientações estratégicas definidas, essencialmente, no plano de ação do Presidente e

as consubstanciadas no Plano Estratégico 2030 do Instituto Politécnico de Leiria, assentando sobretudo em quatro dos seus Objetivos Estratégicos:

- > Objetivo Estratégico 2 – Promover a excelência no ensino
- > Objetivo Estratégico 4 – Valorizar as pessoas
- > Objetivo Estratégico 5 – Melhorar e transformar os espaços físicos e virtuais
- > Objetivo Estratégico 6 – Gerar centralidade social, criativa e cultural

Tal como nos anos transatos, a atividade destes Serviços, ao longo do ano de 2024, foi desafiante e exigente do ponto de vista orçamental e financeiro, com o agravamento do forte crescimento dos preços de bens e serviços, essenciais para a atividade desenvolvida. Contudo, há a referir o crescimento económico verificado a nível global e o reforço de orçamento, por parte da tutela, para a alimentação e alojamento, conforme previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2024.

Prosseguindo os seus objetivos e ações estratégicas, específicas ou transversais aos vários setores, estes Serviços desenvolveram diversas atividades no ano em apreço, entre as quais se destacam as seguintes:

- **Apoiar os estudantes em diversas valências**
 - Concessão de 3.466 bolsas de estudo, num total de ≈ 6.032.728€;
 - Concessão de 209 bolsas FASE® a estudantes, num total de ≈ 179.238€;
 - Disponibilização de alojamento a mais de 800 estudantes;
 - Disponibilização de 272.545 refeições servidas;
 - Asseguradas 1.100 consultas médicas.
- **Manutenção do projeto SAMA - SASocial - Plataforma *open-source* de serviços de apoio aos estudantes do ensino superior**

No âmbito do consórcio estabelecido com os Serviços de Ação Social de outras IES, durante o ano de 2024, desenvolveu-se um conjunto de iniciativas para promoção dos diferentes microserviços da plataforma SASocial junto dos colaboradores das diferentes estruturas dos Serviços de Ação Social. No ano em apreço, fomentou-se o desenvolvimento de novas funcionalidades no microserviço de Alojamento, designadamente, o módulo de gestão do alojamento temporário, e desenvolveram-se as diligências necessárias para implementar os microserviços de Saúde e de Comunicação.
- **Contribuir para a manutenção da certificação *Platina* no âmbito do programa *Healthy Campus – International University Sports Federation (FISU)***

No âmbito do programa de certificação, promovido pela FISU, nas áreas da saúde e bem-estar, que assenta em critérios estabelecidos com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, foi atribuída a certificação *Platina* ao Instituto Politécnico de Leiria. De forma a manter esta certificação, ao longo do ano 2024, foram desenvolvidas várias iniciativas e assegurados diversos contributos pelos Serviços de Ação Social, relacionadas com os sete domínios do programa.

- **Contribuir para a manutenção da Bandeira da Ética**

A Bandeira da Ética, atribuída ao Instituto Politécnico de Leiria em abril de 2022, consiste na certificação e promoção dos valores éticos no desporto e é promovida pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P., através do Plano Nacional de Ética no Desporto, sendo atribuída pelo resultado alcançado com o trabalho desenvolvido em prol da promoção dos valores éticos através do desporto. Aluindo a valores importantes como a ética desportiva, os Serviços de Ação Social, ao longo de 2024, procuraram contribuir para as ações subjacentes a esta distinção.

- **Candidatura ao programa de apoio ao associativismo – PRO Leiria**

No âmbito do programa de apoio ao associativismo PRO Leiria, promovido pelo Município de Leiria, são reconhecidas e apoiadas as estruturas desportivas do concelho de Leiria, através da disponibilização de instalações desportivas para a prática desportiva, nomeadamente para treinos. Os Serviços de Ação Social apresentaram candidatura, uma vez que o acesso a este programa permite a utilização das infraestruturas desportivas necessárias para a realização dos treinos regulares disponibilizados aos estudantes e demais atividades desportivas.

- **Criar condições vantajosas em diversas áreas para a comunidade académica**

Em 2024, foram celebrados 16 novos protocolos que visam a criação de condições mais vantajosas para a comunidade académica do Instituto Politécnico de Leiria, nas mais diversas áreas, como sendo, a título de exemplo, a saúde. Estas parcerias podem ser consultadas na página web do Instituto Politécnico de Leiria, no separador respeitante aos Descontos e Protocolos [separador Viver].

Destacam-se, de seguida, algumas das ações realizadas pelos Serviços de Ação Social, estruturadas por Divisão.

Divisão de apoio social e alojamento

Setor de Apoio Social

Anualmente, tem vindo a reformular as diretrizes de apoios aos estudantes e permitindo aumentar o número de estudantes que beneficiam de bolsas de estudo de ação social da DGES (Bolsa DGES) [cf. Quadro 5, pág. 20]. Em 2024, o total dos encargos com o pagamento destas bolsas cifrou-se em ≈ 6.032.728€ distribuídas por cerca de 3.466 estudantes do Instituto Politécnico de Leiria.

Paralelamente, atentos às necessidades dos estudantes, deu-se continuidade ao acompanhamento de estudantes em situação vulnerável, procurando minimizar o risco de abandono escolar. De salientar que os destinatários dos apoios prestados são, maioritariamente, estudantes nacionais. No entanto, no ano em apreço, os Serviços de Ação Social prestaram também apoio a estudantes não bolseiros e a estudantes estrangeiros que se encontravam em situação vulnerável, procurando responder às necessidades específicas dos estudantes e integrando redes de trabalho para promoção da inclusão de todos os estudantes, contribuindo assim para o seu bem-estar e sucesso académico.

Os estudantes do Instituto Politécnico de Leiria podem beneficiar, igualmente, de um apoio complementar através do Programa FASE® - Fundo de Apoio Social ao Estudante do Instituto Politécnico de Leiria, criado em 2012, participando voluntariamente em atividades desenvolvidas pelos Serviços do Instituto Politécnico de Leiria e recebendo, em contrapartida, apoio financeiro ou em espécie. No ano letivo 2023/2024, foram colocados através deste programa 209 estudantes [cf. Quadro 6, pág. 20], representando um auxílio anual de aproximadamente 179.238€. Em conformidade com o inquérito de avaliação do grau de satisfação feito aos estudantes que colaboraram ao abrigo deste programa, constatou-se que, para a maioria, a participação neste programa é de extrema importância para a sua permanência no curso.

Setor de Alojamento

Os Serviços e Ação Social do Politécnico de Leiria dispõem de oito residências de estudantes - quatro em Leiria, duas em Caldas da Rainha e duas em Peniche; e de uma unidade de alojamento temporário em Leiria - Pousadinha José Saramago. São disponibilizadas, atualmente, um total de 807 camas, destinadas preferencialmente aos estudantes deslocados que beneficiam de bolsa de estudo atribuída pela DGES. Estes Serviços contam, também, com 50 camas em alojamento protocolado com os Municípios de Leiria (12), Batalha (28) e Torres Vedras (10).

Nas residências de estudantes prevalece o alojamento em quarto duplo, existindo, no entanto, a possibilidade de se atribuir alojamento em quartos individuais ou múltiplos. De notar ainda que, alguns destes quartos reúnem condições para acolher estudantes com necessidades específicas.

No início do ano letivo 2023/2024, o número de quartos disponíveis sofreu uma redução por motivos de necessidade de requalificação no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). [cf. Quadro 7].

Quadro 7 – Residências de Estudantes do Politécnico de Leiria

Residência	Localidade	Capacidade*
Afonso Lopes Vieira	Leiria	99
Francisco Rodrigues Lobo	Leiria	118
Eça de Queirós	Leiria	115
José Saramago	Leiria	61
Pousadinha José Saramago	Leiria	40
Apartamentos João XXI	Leiria	12
Casa da Ordem Franciscana	Leiria	14
Casa da Obra	Batalha	28
Mestre António Duarte	Caldas da Rainha	98
Rafael Bordalo Pinheiro	Caldas da Rainha	115
Residência de Peniche	Peniche	47
Hotel_Escola	Peniche	50
Residência Torres Vedras – Núcleo A	Torres Vedras	5
Residência Torres Vedras – Núcleo B	Torres Vedras	5
Total		807

Nota: A Pousadinha José Saramago (com 40 camas) não consta neste quadro por se destinar maioritariamente a alojamento casual.
*A 31 de dezembro de 2024.
Fonte: Serviços de Ação Social.

Importa salientar, que no ano em pareço, existiu uma taxa de ocupação mais reduzida face ao ano anterior, uma vez que algumas residências estiveram total ou parcialmente encerradas, por motivo de obras ou remodelações, tendo sido realizadas diversas ações, no sentido de garantir o bom funcionamento das residências de estudantes e do alojamento protocolado, assim como a realização de vistorias, de intervenções urgentes e necessárias, com o fim de garantir o normal funcionamento e proporcionar o melhor bem-estar aos estudantes alojados.

Divisão de alimentação

Os Serviços de Ação Social asseguram, em regime de gestão direta, o funcionamento de cinco cantinas, oito bares, um snack-bar e dois restaurantes, distribuídos pelos diferentes campi do Instituto Politécnico de Leiria, localizados nas cidades de Leiria, Caldas da Rainha e Peniche. Todas as cantinas dispõem de três opções de refeição: prato de carne, prato de peixe e prato vegetariano, estando também disponível um serviço de take-away, no qual os utilizadores são incentivados a utilizarem os seus próprios recipientes reutilizáveis.

Em 2024, serviram-se 272.545 refeições no conjunto das cinco unidades alimentares, menos 23.756 do que as servidas no ano de 2023, representando uma diminuição de 8%. Foram ainda coordenados 614 eventos, cujos principais serviços prestados foram essencialmente *coffee-breaks*.

Em linha com as atividades implementadas em anos anteriores, no âmbito do Dia Mundial da Alimentação, procedeu-se à divulgação de conteúdo sobre a importância da água para alimentação, o impacto que as nossas escolhas têm no seu consumo e à realização de uma atividade para sensibilização para o consumo de água de modo mais sustentável. Foram, igualmente, realizadas sessões gratuitas, personalizadas, de aconselhamento nutricional e de orientação para a importância da adoção de estilos de vida saudáveis e promovidas ações de rastreio para a promoção da saúde, cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC), avaliação de excesso de peso ou obesidade e medição da tensão arterial.

Durante o ano de 2024, alargou-se o projeto de compostagem ao *campus* 1, passando-se a utilizar os resíduos da unidade alimentar e procurando promover, de igual forma, o desenvolvimento sustentável e a adoção de uma conduta responsável e promotora da neutralidade carbónica do Instituto Politécnico de Leiria.

Unidade de Desporto, Saúde e Bem-Estar

Desporto

Os Serviços de Ação Social disponibilizam aos estudantes do Instituto Politécnico de Leiria diversas modalidades desportivas, na vertente competitiva e de lazer. Foram oferecidas, em 2024, oito modalidades desportivas com treinos regulares/semanais: andebol, atletismo, basquetebol, futsal, hóquei em patins, *ultimate frisbee*, tripela e voleibol. Foram também apoiadas, ao nível competitivo, 33 modalidades: andebol de praia, badminton, basquetebol 3x3, bodyboard, B.T.T., canoagem, corta-mato, duatlo, escalada, esgrima, equitação, futebol de praia, futevolei, ginástica artística, ginástica trampolins, judo, karaté, karting, kickboxing, natação, orientação,

padel, patinagem artística, pentatlo moderno, snowboard, surf, taekwondo, ténis, ténis de mesa, trail, triatlo, voleibol de praia e xadrez.

Na sequência da parceria estabelecida, desde 2014, com o curso de licenciatura em Desporto e Bem-Estar, da ESECS, manteve-se em funcionamento o Programa de Atividade Física para Estudantes do Instituto Politécnico de Leiria (PAFE®). Em 2024, foram disponibilizadas sessões de *mix training*, em regime presencial e *online*, síncronas, destinadas a 30 estudantes inscritos, num mínimo de duas e no máximo de cinco sessões por semana.

O número de estudantes inscritos nas modalidades desportivas registou, em termos gerais, um acréscimo, cifrando-se em 1.435 estudantes. Em termos competitivos, representaram o Instituto Politécnico de Leiria, nas diversas modalidades, 357 estudantes, valor superior ao registado no ano anterior, os quais participaram nos Campeonatos Nacionais Universitários (CNU).

Neste âmbito, foram alcançados diversos lugares nos pódios nas diversas provas em que participaram, elevando assim o nome do Instituto Politécnico de Leiria e criando marca no desporto universitário, destacando-se, a título de exemplo, os feitos alcançados, quer coletivamente, com o 1.º lugar no Campeonato Nacional Universitário de Trail, quer individualmente, nos Campeonatos Nacionais Universitário de Atletismo de Pista Coberta, de Atletismo em Pista ao Ar Livre, de Judo, de Taekwondo e de Trail. De destacar, ainda, a participação de um estudante-atleta do IPLeia no *7th European Universities Games* na modalidade de Taekwondo e a conquista do 9.º lugar no Troféu Universitário de Clubes entre 94 clubes universitários.

Em 2024, à semelhança de anos anteriores, foram desenvolvidas diversas ações de promoção da prática de exercício físico, atividades de lazer e indutoras de bem-estar, como sendo: o V Politécnico de Leiria Active - #BeActive, o XIV Troféu de Karting do Instituto Politécnico de Leiria, a IV Mostra do Desporto Adaptado do Politécnico de Leiria, o III Meeting Desportos na Areia, o II BeActive & Healthy – Peniche, a VII Caminhada Solidária do Politécnico de Leiria; a 19.ª Gala do Desporto do Politécnico de Leiria e o Dia Mundial da Atividade Física. Deu-se continuidade à iniciativa Pausa Ativa do Instituto Politécnico de Leiria, disponibilizando, de segunda a sexta-feira, sessões de atividade física laboral, em formato presencial e *online*, síncrono, com uma duração de 5/6 minutos, e tendo-se registado 2.251 participações.

Relativamente às Competições Nacionais Universitárias, promovidas pela Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), foram organizadas pelo Setor do Desporto dos Serviços de Ação Social quatro competições: a 2.ª Jornada Concentrada de Andebol Masculino, a 2.ª Fase Futsal Feminino, o CNU de Atletismo em Pista Coberta e o CNU de Trail.

Serviços de Saúde

Os Serviços de Ação Social disponibilizam, à comunidade académica do Instituto Politécnico de Leiria, através dos seus Serviços Médicos, acesso a cuidados de saúde, a custos reduzidos, contando com a colaboração de profissionais de saúde de reconhecido mérito, em áreas específicas, como as de diagnóstico e prevenção.

Sedeados em Leiria, no *campus 5* do Instituto Politécnico de Leiria, contam também com um gabinete médico em Caldas da Rainha e em Peniche. Em 2024, funcionaram entre os meses de janeiro e junho e entre outubro e dezembro, com interrupções decorrentes do período de férias letivas, tendo sido asseguradas, no total, 1.100 consultas médicas. Pese embora a persistência dos desafios para assegurar estabilidade e dar resposta, em tempo útil, às diferentes necessidades da comunidade académica, podemos afirmar que, face ao exposto, o ano 2024 ficou marcado por uma aproximação ao normal funcionamento dos Serviços de Ação Social.

Os objetivos estratégicos e operacionais definidos para o ano em análise foram cumpridos, tendo estes serviços procurado atuar de forma atenta, flexível e pró-ativa, e contribuindo para garantir as melhores condições de estudo, saúde, bem-estar e de adaptação a todos os estudantes do Instituto Politécnico de Leiria.



**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



**Análise à Execução
Orçamental Consolidada**



4. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL CONSOLIDADA

4.1. RECURSOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

A Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, aprovou o orçamento inicial, para 2024, no montante de 86.319.389€. As alterações orçamentais ocorridas, determinaram o aumento do valor global do orçamento, o qual ascendeu a 107.184.940€. O orçamento apresenta uma variação positiva de 24,2% (20.867.852€), em consequência:

- Da integração dos saldos de gerência do ano anterior, no montante de 1.504.238€;
- Do reforço da dotação do OE, no montante de 697€, para o pagamento de propinas a estudantes bolseiros da República de Cabo Verde do ano letivo 2023/2024;
- Do reforço da dotação do OE, no montante de 1.250.194€, no âmbito: da linha de financiamento de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados (artigo 137.º da LOE-2024); do financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas; do financiamento complementar de alojamento e das refeições para o ano de 2024 (artigo 129.º da LOE-2024) e ainda do financiamento de medidas no âmbito do alojamento estudantil;
- Do reforço da dotação do OE, no montante de 3.590.991€, resultante das disponibilidades apuradas em 2023 e registadas em ativos financeiros;
- DE reembolso final referente ao projeto SASOCIAL de 2018, de 18.255€;
- Do reforço das dotações de financiamentos comunitários e de transferências entre organismos, no montante de 13.733.471€, pelo incremento das atividades, em particular do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);
- Do reforço das dotações de receitas próprias, no montante de 770.004€.

O orçamento é composto por três grandes componentes, que refletem o orçamento de funcionamento: o financiamento do Estado, as receitas próprias, fundamentalmente constituídas pelas propinas, por receitas provenientes de prestações de serviço, e os fundos europeus e transferências no âmbito da Administração Pública (AP), pelo financiamento obtido em projetos cofinanciados.

Em 2024, a receita cobrada ascendeu a 94.747.209€, representando um aumento de 12,0%, face ao período homólogo. Relativamente à execução da despesa, esta atingiu o montante de 92.572.344€, o que demonstra um aumento na execução da despesa, na ordem dos 11,4% face ao ano anterior. Assim, a execução orçamental do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, em 2024, gerou um saldo positivo de 670.627€.

A análise das diferentes componentes da receita e despesa será aprofundada nos pontos subsequentes.

No período em análise, a informação constante do presente relatório cumpre com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelas entidades, e foram consistentes com os aplicados pelas entidades na preparação da informação financeira e orçamental relativa ao período anterior.

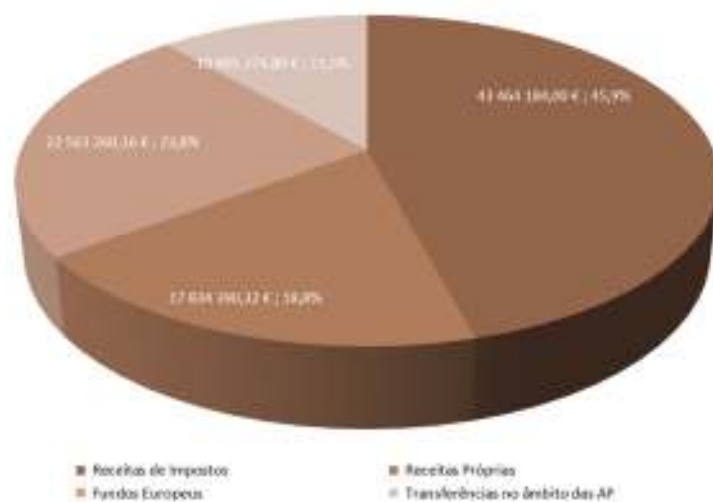
4.2. RECEITAS CONSOLIDADAS

Analisando a estrutura das receitas, verifica-se que as transferências provenientes do OE (Receitas de impostos) constituem uma importante fonte de financiamento do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, tal como acontece com a grande maioria das instituições de ensino superior público em Portugal.

Analisando a receita com base na sua origem, em 2024, as receitas de impostos, no montante de 43.464.184€, mantiveram-se como a principal fonte de receita, financiando 45,9% [Gráfico 10] da atividade do Grupo. Refira-se, contudo, a diminuição da proporcionalidade das verbas transferidas do OE (em 3,1%), face ao ano anterior, em consequência da execução das verbas que irão financiar os projetos inscritos em PRR.

As receitas próprias representam 18,8% [Gráfico 10] do total de receita cobrada, tendo totalizado 17.834.390€, parcela que inclui os valores recebidos de propinas e taxas, bem como as receitas provenientes da prestação de serviços e ainda serviços de alimentação e alojamento. A sua representatividade apresenta um decréscimo face ao ano anterior (2,8%).

Em relação às receitas de financiamentos da União Europeia (UE) e transferências no âmbito da AP, provenientes da atividade financiada, totalizam, em 2024, o montante de 33.448.635€, representando 35,3% [Gráfico 10] do total do montante recebido, e apresentam um acréscimo preponderante (mais 6,0%), por via dos financiamentos inscritos em PRR.



Fonte: DOREC-Demonstração de Execução Orçamental da Receita
Gráfico 10 – Estrutura da receita cobrada consolidada

No ano 2024, o valor da receita total arrecadada registou o montante de 94.747.209€. Considerando que este valor inclui os saldos da gerência anterior, no montante de 1.504.238€, a receita efetiva do próprio ano totalizou 93.242.971€, e teve na sua origem receitas de impostos, receitas próprias, financiamento da UE, e ainda, financiamento da AP.

Quadro 8 – Origem da receita | Receita corrente e de capital consolidada

Agrupamento da Receita	Unidade: em euros				
	Previsões corrigidas	Receitas liquidadas	Receitas cobradas	Grau de execução	Estrutura
	1	2	3	4=3/1	5
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	14 298 046	14 616 614	12 610 778	88,20%	13,31%
R4 - Rendimentos de propriedade	3 197	3 197	3 197	99,99%	0,00%
R5 - Transferências correntes	61 271 427	88 748 001	59 618 542	97,30%	62,92%
R6 - Venda de bens e serviços	5 597 320	4 097 101	3 254 240	58,14%	3,43%
R7 - Outras receitas correntes	276 725	191 294	100 946	36,48%	0,11%
R8 - Venda bens de investimento	5 130	3 963	2 728	53,17%	0,00%
R9 - Transferências capital	16 052 214	31 615 421	2 462 715	15,34%	2,60%
R10 - Outras receitas de capital	138 956	160 255	160 255	115,33%	0,17%
R11 - Reposições não abatidas	31 539	48 276	45 523	144,34%	0,05%
R12 - Receita com ativos financeiros	8 008 447	14 984 048	14 984 048	187,10%	15,81%
R14 - Saldo de Gerência	1 504 240	1 504 238	1 504 238	100,00%	1,59%
Total	107 187 241	155 972 407	94 747 209	88,39%	100,00%

Fonte: DOREC-Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Considerando as previsões corrigidas da receita, no montante de 107.187.241€, o grau de execução orçamental foi de 88,39%, verificando-se, em termos globais, que as receitas cobradas líquidas foram inferiores às previsões corrigidas em 12.440.032€. No entanto as liquidações superam as previsões em 48.785.166€. As rubricas transferências correntes e capital e as vendas de bens e serviços, pela incerteza associada aos recebimentos dos financiamentos do âmbito de projetos, e incerteza dos serviços prestados a entidades externas, foram as que evidenciaram um desvio mais significativo entre as previsões e os valores cobrados.

Analisando a execução da receita pela sua tipologia, a receita de taxas, multas e outras penalidades apresenta valores liquidados de 14.616.614€, dos quais se receberam 12.610.778€. O valor apurado em dívida, de 2.005.837€, abrange as dívidas de estudantes de anos letivos anteriores, provisionadas e as dívidas do ano letivo 2023/2024 e 2024/2025, nas parcelas vencidas e não pagas até 31 de dezembro de 2024.

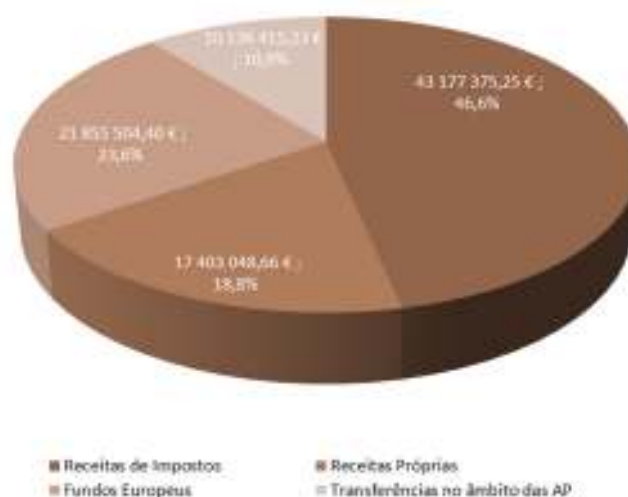
As transferências correntes constituem o grupo de receitas que assume maior peso no orçamento (62,92%), contemplando as receitas com origem no OE e todas as outras receitas com origem em fundos da UE e transferências da AP afetas à execução de projetos, que não apresentem uma componente de investimentos. Apresenta valores liquidados de 88.748.001€ dos quais foram cobrados 59.618.542€ [Quadro 8]. A parcela que se encontra por receber (29.129.459€) é referente a pedidos de pagamento remetidos às entidades gestoras dos projetos e que aguardam análise e transferência, e ainda, a liquidações pelo reconhecimento da transferência ou subsídio de transações sem contraprestação, nos termos da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 14 do SNC-AP, assumindo-se que a maioria desta parcela não constitui dívida até ao momento de apresentação dos pedidos de pagamento, que irá ocorrer em exercícios futuros.

As vendas de bens e serviços representam parte da capacidade do Grupo Instituto Politécnico de Leiria em gerar fontes de receita alternativas, que permitam o desenvolvimento das atividades estratégicas a que se propõe, ficando por cobrar o montante de 842.861€. Os valores incluem as receitas de um importante número de prestações de serviços desenvolvidos pelas unidades orgânicas e unidades de investigação da instituição. Incluem, ainda, as vendas e prestações de serviços de alimentação, de alojamento, culturais e desportivos. No entanto, parte deste valor poderá não ser realizado, considerando os processos que se encontram a decorrer judicialmente, relativamente aos quais se aguarda desfecho. Ainda assim, no ano 2024, verificou-se a regularização justificada de alguns dos valores em dívida de anos anteriores.

As transferências de capital apresentam receitas liquidadas de 31.615.421€, tendo-se cobrado 2.462.715€. O montante por receber (29.152.706€), tal como referido nas transferências correntes, representa o reconhecimento do subsídio ao investimento de transações sem contraprestação, previsto nos termos da NCP 14 do SNC-AP. O aumento das liquidações resulta da inscrição e reforço, no orçamento de 2024, de projetos financiados pelo PRR no âmbito do Alojamento Estudantil a Custos Acessíveis, do programa Impulso Adultos e Jovens STEAM (*Science, Technology, Engineering, Arts Mathematics*) e das Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, sendo estes os mais representativos.

4.3. DESPESAS CONSOLIDADAS

Na estrutura da despesa executada com base na sua origem [Gráfico 11], verifica-se que 46,6% da despesa no período foi suportada com recurso a receitas de impostos, correspondendo praticamente à totalidade do financiamento obtido no ano, que se cifrou em 43.464.184€. Realce-se ainda o peso das despesas suportadas com verbas provenientes de receitas próprias que, com um montante de 17.403.048,66€, representam 18,8% dos pagamentos totais efetuados.



Fonte: DODES-Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Gráfico 11 – Estrutura da despesa paga consolidada

Atendendo à dinâmica da atividade do Grupo IPLeiria, uma parcela significativa do financiamento da atividade (34,6%), é assegurada por financiamento de fundos europeus e transferências no âmbito da AP.

As despesas pagas em 2024 totalizaram 92.572.344€ [Quadro 9], tendo sido totalmente suportadas pelas receitas arrecadadas no exercício (93.242.971€), gerando ainda um saldo positivo do ano em 670.627€, o que traduz um aumento do saldo de gerência apurado, em relação ao exercício anterior. Considerando as dotações corrigidas da despesa, no montante de 107.187.241€, o grau de execução orçamental foi de 86,37%.

Quadro 9 – Origem da despesa | Despesa corrente e de capital consolidada executada

Unidade: em euros					
Código da rubrica Designação	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Grau de execução	Estrutura
	1	2	3	4=3/1	5
D1 - Despesas com o pessoal	56 971 483	54 577 539	54 028 783	94,83%	58,36%
D11-Remunerações certas e permanentes	45 776 289	43 791 207	43 606 359	95,26%	47,11%
D12-Abonos Variáveis ou Eventuais	686 003	438 971	437 794	63,82%	0,47%
D13-Segurança Social	10 509 191	10 347 360	9 984 630	95,01%	10,79%
D2 - Aquisição de bens e serviços	14 349 357	11 830 347	10 296 535	71,76%	11,12%
Aquisição de Bens	3 395 850	2 460 604	2 385 236	70,24%	2,58%
Aquisição de Serviços	10 953 507	9 369 744	7 911 299	72,23%	8,55%
D4 - Transferências correntes	4 458 630	3 236 378	3 212 921	72,06%	3,47%
D5 - Outras despesas correntes	332 298	319 715	296 377	89,19%	0,32%
D6 - Aquisição de bens de capital	10 494 471	7 293 545	4 156 727	39,61%	4,49%
D9 - Ativos financeiros	20 581 002	20 581 000	20 581 000	100,00%	22,23%
Total	107 187 241	97 838 524	92 572 344	86,37%	100,00%

Fonte: DODES-Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

A despesa paga totalizou 92.572.344€, valor que se decompõe em 54.028.783€ de despesas com pessoal; 10.296.535€ de aquisições de bens e serviços; 3.509.298€ de transferências correntes e outras despesas correntes; 4.156.727€ de aquisição de bens de capital e 20.581.000€ em ativos financeiros¹.

No ano 2024, foram assumidos compromissos e registadas obrigações que ficaram por pagar, no montante de 5.266.180€. As obrigações a transitar, no montante de 1.378.001€, referem-se a despesas com encargos de remunerações e Segurança Social (SS), cujo pagamento será realizado em 2025, bem como outras despesas relacionadas com faturas recebidas no final de 2024, que, devido à impossibilidade de efetuar o pagamento no próprio ano, foram transferidas para 2025. Os compromissos no valor de 3.888.179€, foram tratados no processo de transição de ano e estão, na sua maioria, relacionados com aquisições de serviços e de bens de capital.

Relativamente ao processo de despesa executada, importa realçar que o compromisso assumido em despesas com pessoal ascendeu a 54.577.539€, transitando compromissos e obrigações por pagar no montante de 548.755€, referentes a despesas e encargos com a SS, retidos em dezembro e cujos pagamentos ocorreram em janeiro de 2025. Refira-se que as retenções de IRS e os descontos e encargos da Caixa Geral de Aposentações (CGA), também eles referentes aos vencimentos de dezembro, foram pagas no próprio ano.

¹ Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2024), as entidades sujeitas ao princípio da unidade de tesouraria, bem como as entidades da segurança social, devem comunicar ao IGCP, E.P.E., até ao último dia útil do ano, o montante de aplicações previstas em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). O Instituto Politécnico de Leiria, enquanto entidade abrangida por este princípio, procedeu à aplicação dos seus excedentes de tesouraria em CEDIC, cumprindo assim a obrigação legal.

As aquisições de bens e serviços correntes apresentam um valor compromissado de 11.830.347€ e foram pagos 10.296.535€, o que significa que 1.533.812€ de compromissos assumidos no ano foram reclassificados e pagos no ano seguinte.

Para o conjunto dos restantes agrupamentos de despesas (não considerando os ativos financeiros), os compromissos totalizam 10.849.638€, havendo pagamentos de 7.666.025€; a diferença apurada, no montante de 3.183.613€, já será paga no ano económico seguinte.

4.4. SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 10 – Síntese da execução orçamental 2024 | 2023 consolidada

				unidade: euros
Ref.	Descrição	2024	2023	Δ 2024/2023
1	Taxas, multas e outras penalidades	12 610 778	13 044 485	-433 708
2	Rendimentos de propriedade	3 197	0	3 197
3	Transferências correntes	59 618 542	58 579 032	1 039 510
4	Vendas de bens e serviços correntes	3 254 240	3 342 098	-87 858
5	Outras receitas correntes	100 946	231 384	-130 438
6	Total Receita Corrente (1 a 5)	75 587 702	75 196 999	390 702
7	Remunerações certas e permanentes	43 606 359	42 262 193	1 344 166
8	Abonos variáveis ou eventuais	437 794	314 478	123 316
9	Segurança social	9 984 630	9 658 275	326 355
10	Aquisição de bens	2 385 236	2 460 818	-75 582
11	Aquisição de serviços	7 911 299	8 870 270	-958 971
12	Juros e outros encargos	0	0	0
13	Transferências correntes	3 212 921	2 861 107	351 813
14	Outras Despesas correntes	296 377	205 458	90 919
15	Total Despesa Corrente (7 a 14)	67 834 617	66 632 599	1 202 017
16	Venda de bens de investimento	2 728	770	1 957
17	Transferências de capital	2 462 715	7 533 034	-5 070 318
18	Ativos financeiros	14 984 048	0	14 984 048
19	Reposições não abatidas e Indemniz.	205 779	611 496	-405 717
20	Saldo da Gerência Anterior	1 504 238	1 259 449	244 790
21	Total Receita Capital (16 a 20)	19 159 508	9 404 748	9 754 759
22	Aquisição de bens de capital	4 156 727	1 480 862	2 675 865
23	Transferências de capital	0	0	0
24	Ativos financeiros	20 581 000	14 984 048	5 596 952
25	Total Despesa Capital (22 a 24)	24 737 727	16 464 910	8 272 817
26	Total de Receita (6+21)	94 747 209	84 601 748	10 145 462
27	Total de Despesa (15+25)	92 572 344	83 097 509	9 474 834
28	Capacidade de Financiamento (26-27)	2 174 866	1 504 238	670 627

Fonte: DODES-Demonstração de Execução Orçamental da Despesa e DOREC-Demonstração de Execução Orçamental da Receita

O Quadro 10 resume a evolução da receita e da despesa executada nos anos de 2024 e 2023, destacando-se os seguintes aspetos:

O saldo apurado na ótica da contabilidade pública (i.e., dos recebimentos e pagamentos) apresenta um excedente orçamental de 2.174.866€. A evolução registada resultou dos efeitos do aumento da receita em 10.145.462€, superior ao aumento da despesa, que foi de 9.474.834€. O saldo orçamental do ano (sem incluir saldos transitados do ano anterior) foi positivo em 670.627€, cumprindo, assim, a regra do Equilíbrio Orçamental, prevista no artigo 25.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei nº 151/2015, de 11 de setembro.

No ano 2024, o valor da receita arrecadada registou o montante de 94.747.209€, o que representa um aumento de 12,0%, face ao período homólogo. O aumento deveu-se, essencialmente, ao aumento das transferências correntes, em 1.039.510€ e dos ativos financeiros, em 14.984.048€, assim como das vendas de bens de investimento, que subiram 1.957€. Inversamente, as propinas, taxas e outras penalidades reduziram em 433.708€ e as outras receitas correntes em 130.438€. A integração de saldo da gerência anterior aumentou em 244.790€. Reduzem, ainda, as transferências de capital em 5.070.318€ e as reposições não abatidas e indemnizações em 405.717€.

Globalmente, o acréscimo da receita resulta das receitas de impostos, com mais 2.001.030€ (um aumento 4,8%), dos fundos europeus e transferências das AP, que também cresceram em 8.636.940€ (um aumento de 34,8%) e das receitas próprias, que decrescem pelo montante de 492.509€ (uma queda 2,7%).

Na estrutura da receita cobrada salienta-se:

- As receitas de propinas e taxas registaram uma diminuição de 433.708€. Este valor decorre da variação negativa nas propinas arrecadadas nos diferentes tipos de formação, com uma redução no número de estudantes. No entanto, verificou-se um aumento nas taxas cobradas;
- As transferências correntes aumentaram 1.039.510€ face ao ano anterior. As receitas do Orçamento de Estado, entre dotações iniciais e os reforços, apresentam uma variação negativa de 1.589.961€. OS fundos europeus e transferências das AP e receitas próprias aumentam em 3.028.474€. Em 2024, registou-se o encerramento de diversos projetos do quadro comunitário Portugal2020;
- As vendas de bens e serviços correntes revelam uma diminuição de 87.858€, que está essencialmente relacionado com a quebra na procura dos serviços de alimentação e alojamento dos SAS;
- A diminuição nas outras receitas correntes, no montante de 130.438€;
- A rubrica de reposições não abatidas e indemnizações apresenta um decréscimo de 405.717€;
- Salienta-se, por fim, o aumento dos saldos de gerência transitados do ano anterior, no montante de 244.790€.

Estes valores deram origem a um excedente de tesouraria e, no final do ano, foi novamente constituída uma aplicação em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidade a 02 de janeiro de 2025. Este valor, registado como despesa nos termos da Circular de Execução n.º 1400 da DGO, totalizou 20.581.000€, o que representa um aumento de 5.596.952€ em relação ao valor de 2023.

A despesa paga em 2024 registou o montante de 92.572.344€, verificando-se um acréscimo de 11,4%, face ao período homólogo. Verifica-se um acréscimo em todos os agrupamentos de despesa, comparativamente aos resultados do ano anterior, e contata-se o seguinte:

- As despesas com pessoal registaram um acréscimo de 1.793.837€, justificado pelo aumento do número de pessoal docente, técnico e administrativo e investigador, bem como pelo término de procedimentos concursais internos. Além das medidas internas de reforço e valorização dos seus ativos, cumpre, ainda referir que, por força das alterações legislativas que entraram em vigor em 2024, ocorreu um impacto direto no acréscimo das despesas com pessoal, como:
 - Aplicação do Decreto-Lei nº 108/2023, de 22 de novembro, que estabeleceu a alteração da base remuneratória e a atualização do valor das remunerações da Administração Pública, produzindo estas alterações efeitos a 1 de janeiro de 2024;
 - Aplicação do Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro, que aprovou medidas de valorização de trabalhadores da Administração Pública, procedendo à alteração da estrutura remuneratória da carreira geral de técnico superior;
 - Aplicação do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que estabeleceu um regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público, tendo os seus efeitos, em termos de remuneração, se produzido em 2024.
- As despesas com aquisições de bens e serviços registaram um decréscimo, que na sua totalidade assume o valor de 1.034.552€, impactando de forma decrescente o valor da despesa;
- As transferências correntes e as outras despesas correntes aumentaram 442.733€;
- As despesas de investimento aumentaram em 2.675.865€. Parte significativa deste valor está relacionado com a aquisição do terreno onde será edificada a nova Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS), bem como com despesas de conservação e reparação de edifícios e aquisição de equipamento básico;
- Pelo facto de determinados investimentos não terem sido concluídos, e originarem um excedente de tesouraria, as despesas com ativos financeiros variaram para mais, em 5.596.952€.



**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



**Análise ao Desempenho
Económico e Financeiro Consolidado**



5. ANÁLISE AO DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO

O Instituto Politécnico de Leiria adotou o novo referencial contabilístico SNC-AP a 1 de janeiro de 2018, pelo que, na apresentação das contas consolidadas, referentes ao período económico de 2024, é possível obter uma informação comparativa com o período anterior.

Importa salientar que, desde 2018, foram registadas as transferências a receber com condições pelos montantes totais contratualizados, o que afetou o ativo, na conta de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos, e o passivo, na conta diferimentos relativamente aos rendimentos a reconhecer em períodos seguintes.

5.1. BALANÇO CONSOLIDADO

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2024 revelam uma estrutura do balanço positiva, com a manutenção de uma estrutura financeira equilibrada, para além da boa gestão orçamental apresentada na secção anterior. Em termos gerais, comparativamente com o ano 2023, o ativo do Grupo Instituto Politécnico de Leiria aumentou 2,8%; o património líquido aumentou em 1,5% e o passivo em 4,4%. Verifica-se uma diminuição do peso do património líquido sobre o ativo total, traduzido na ligeira redução da autonomia financeira.

5.1.1. Estrutura do ativo consolidado

(Consultar nota 23.1 dos anexos às demonstrações financeiras para maior detalhe de algumas contas do ativo)

O ativo é composto pelo ativo não corrente (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis) e pelo ativo corrente (inventários, devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, clientes, contribuintes e utentes, estado e outros entes público, outras contas a receber, caixa e depósitos e diferimentos).

O ativo, no valor de 174.373.051€, evidencia um aumento de 4.684.212€ relativamente ao ano transato [Quadro 11], motivado essencialmente por um acréscimo dos ativos fixos tangíveis, das dívidas de clientes, contribuintes e utentes, assim como pelo ativo financeiro constituído a 31 de dezembro de 2024.

No Quadro 11 são apresentados os valores das várias componentes do ativo, para o ano 2024, o seu peso relativo e a sua variação face a 2023. Dessas componentes, destaca-se o peso dos ativos não correntes no total do ativo, com um valor de 81.656.273€, aumentando 1.756.556€, pelo que o investimento nesta tipologia de ativos foi superior às depreciações e amortizações reconhecidas no presente exercício.

No ativo corrente, no montante de 92.716.777€, destaca-se o aumento dos ativos financeiros e das disponibilidades, assim como a diminuição dos devedores por transferências de subsídios não reembolsáveis e das outras contas a receber.

Quadro 11 – Composição do ativo líquido consolidado

Ativo Líquido			unidade: euros	
	2024	Estrutura	2023	Δ 2024/2023
Ativos fixos tangíveis	77 693 846	44,56%	75 878 278	1 815 568
Ativos intangíveis	3 626 431	2,08%	3 676 443	-50 012
Participações financeiras	335 996	0,19%	335 996	0
Inventários	16 578	0,01%	18 264	-1 685
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	58 219 017	33,39%	59 084 127	-865 110
Clientes, contribuintes e utentes	1 144 533	0,66%	1 105 737	38 796
Outras contas a receber	9 374 957	5,38%	11 715 729	-2 340 772
Diferimentos	183 231	0,11%	180 187	3 044
Outros ativos financeiros	20 581 000	11,80%	0	20 581 000
Caixa e depósitos	3 197 461	1,83%	2 710 030	487 431
Total	174 373 051	100,00%	154 704 791	19 668 259

Fonte: Balanço | Balancete de contas do Plano

O ativo não corrente representa 46,83% do ativo líquido e ascendeu a 81.656.273€, evidenciado uma variação positiva de 2,2% face ao exercício anterior. Pela desagregação das contas [cfr. Balancete analítico] verificamos que:

- Os ativos fixos tangíveis, que integram os imobilizados tangíveis móveis ou imóveis que a entidade utiliza na sua atividade operacional, representa cerca de 44,6% do ativo líquido, evidenciando o peso do património do Grupo Instituto Politécnico de Leiria. As rubricas com maior significado no imobilizado corpóreo são os edifícios e outras construções, os terrenos e o equipamento básico. Estes ativos registam um aumento de 1.815.568€, e que resulta do facto dos investimentos do ano e das transferências de investimentos em curso se apresentarem superiores às depreciações e aos abates ocorridos no exercício;
- Os ativos intangíveis incluem, designadamente, despesas de investigação e desenvolvimento, propriedade industrial e outros direitos, que incorporam as patentes, os direitos de superfície e o imobilizado em curso desta natureza e registam uma redução de 50.012€;
- Os investimentos financeiros totalizam 335.996€, e não apresentam variação face ao período transato.

O ativo corrente representa 53,17% do ativo líquido e ascendeu a 92.716.777€, apresentando uma variação positiva de 3,25% (mais 2.918.656€) [Quadro 11], salientando-se o seguinte:

- Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos, no montante de 58.219.016€, refletem uma diminuição de 865.110€. Os valores globais resultam do reconhecimento, desde 2018, das quantias referentes à comparticipação dos dispêndios esperados dos projetos cofinanciados e já aprovados;
- A rubrica de clientes, contribuintes e utentes, cujo montante ascende a 1.144.533€, verificou um acréscimo de 3,5% face ao exercício de 2023. Esta rubrica inclui as dívidas vencidas de propinas dos estudantes, no montante de 775.656€, reconhecidas na proporção de 1/4 como direito a receber no

ano em que o estudante se matricula e as dívidas de alojamento, no montante de 24.274€. Além disso, inclui dívidas de clientes no montante de 344.603€. As dívidas de clientes e utentes são consideradas de cobrança duvidosa quando se encontram por regularizar há mais de 12 meses após ultrapassados os prazos de vencimento. Com base neste pressuposto, a 31 de dezembro de 2024, foram reforçadas as perdas por imparidade relativas a estudantes de cobrança duvidosa, no valor de 193.505€, e realizadas reversões de 182.408€. No caso dos clientes, o reforço foi de 146.077€, com reversão de 95.885€ e utilização de 34.851€;

- As outras contas a receber registam um valor de 9.374.957€ e incluem, designadamente, transferência a receber do OE (6.574.122€)²; acréscimos de proveitos de serviços prestados e não faturados no ano a que respeitam (371.981€) e, ainda, os registos associados às despesas incorridas com projetos cofinanciados para os quais não se encontram ainda preparados os respetivos pedidos de pagamento e o valor contratualizado não foi registado em devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis (2.428.218€)³. Este montante inclui o financiamento estimado dos cursos TeSP da edição 2024/2026, cuja candidatura ainda não foi aprovada, razão pela qual não foi tratado como devedores por transferências;
- Os custos diferidos, relativos à especialização económica dos gastos com fornecimentos e serviços externos, totalizam 183.231€;
- Os ativos financeiros detidos para negociação totalizam 20.581.000€.

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (Normas de Execução do Orçamento do Estado para 2024), as entidades sujeitas ao princípio da unidade de tesouraria, bem como as entidades da segurança social, devem comunicar ao IGCP, E.P.E., até ao último dia útil do ano, o montante de aplicações previstas em CEDIC. O Instituto Politécnico de Leiria, enquanto entidade abrangida por este princípio, procedeu à aplicação dos seus excedentes de tesouraria em CEDIC, cumprindo assim a obrigação legal;

- A conta de caixa e depósitos totaliza 3.197.461€, representando 1,83% do ativo líquido. Sendo que 2.174.866€ são referentes a execução orçamental e 1.022.595€ a operações de tesouraria. Parte importante deste montante corresponde a verbas consignadas, nomeadamente ao nível de projetos em curso, desenvolvidos com entidade parceiras.

5.1.2. Estrutura do património líquido e passivo consolidado

(Consultar nota 23.2 dos anexos às demonstrações financeiras para maior detalhe de algumas contas do passivo)

O património líquido do período atingiu o montante de 97.904.699€, com um aumento de 1,5% face a 2023, por via essencialmente dos resultados transitados, apesar da redução significativa do resultado líquido do período, comparativamente ao período transato.

² Valor para fazer face aos acréscimos de remunerações a liquidar, relativa ao mês de férias e subsídio de férias.

³ Foi preparado mapa para controlo dos projetos que permite um confronto entre a receita obtida e a despesa efetuada por ano, de forma a dar cumprimento pleno ao princípio da especialização do exercício.

A conta de outras variações de património líquido ascendeu a 73.897.505€ e inclui, essencialmente, as transferências e subsídios para aquisições de ativos depreciables (53.401.800€), que evidenciam os financiamentos afetos à aquisição de ativos, que serão transferidos para resultados, através do reconhecimento como rendimento, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a sua vida útil. Com a implementação do SNC-AP, foi reclassificado para esta conta o saldo entre as doações obtidas e as transferências de ativos concedidas, que totalizam 21.188.581€⁴. Esta rubrica registou um aumento 724.481€, correspondente a ofertas recebidas no decorrer do exercício.

A conta de resultados transitados, no montante de 20.352.356€, compreende os resultados líquidos acumulados de períodos anteriores, as regularizações que não afetaram os resultados do período, assim como os ajustamentos que decorreram da aplicação, pela primeira vez, do SNC-AP. A variação desta conta, em 2024, resultou da aplicação do resultado líquido de 2023.

O resultado líquido do exercício é positivo em 501.352€, o qual será analisado no ponto destinado à demonstração dos resultados consolidados.

Quadro 12 – Composição do património líquido e passivo consolidado

Património Líquido e Passivo	2024		2023	unidade: euros
		Estrutura		Δ 2024/2023
Património	3 153 485	1,81%	3 153 485	0
Resultados transitados	20 352 356	11,67%	13 088 306	7 264 050
Outras variações património líquido	73 897 505	42,38%	72 932 392	965 113
Resultado líquido do exercício	501 352	0,29%	7 259 505	-6 758 153
Total Património Líquido	97 904 699	56,15%	96 433 689	1 471 010
Provisões	342 057	0,20%	338 148	3 909
Fornecedores	283 821	0,16%	579 185	-295 365
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	58 487	0,03%	53 262	5 225
Estado e outros entes públicos	763 226	0,44%	607 100	156 126
Fornecedores de investimentos	276 016	0,16%	300 131	-24 114
Outras contas a pagar	9 311 970	5,34%	8 840 183	471 787
Diferimentos	65 432 774	37,52%	62 537 141	2 895 632
Total Passivo	76 468 352	43,85%	73 255 150	3 213 202
Total	174 373 051	100,00%	169 688 839	4 684 212

Fonte: Balanço | Balancete de contas do Plano

O passivo, ascendeu a 76.468.352€, registando uma variação positiva de 4,4%, no montante de 3.213.202€, resultante da continuidade do procedimento no registo dos contratos de projetos cofinanciados, no sentido de ser registado todo o compromisso associado ao contrato e não apenas o referente ao próprio exercício. O passivo tem um peso de 43,85% na estrutura do balanço, sendo que 37,52% correspondem a diferimentos a reconhecer

⁴ Representam o saldo do conjunto dos bens em que o Grupo Politécnico de Leiria figura como entidade beneficiária.

em subsídios, propinas e serviços prestados, pelo que os valores dos mesmos não traduzem efetiva dívida a terceiros.

Na sequência do exposto, a conta de diferimentos correntes e não correntes totalizou 65.432.774€ e evidenciou um aumento de 2.895.632€, correspondendo a um incremento de 4,63%. Os montantes contabilizados nesta rubrica correspondem a valores a reconhecer como rendimentos nos períodos seguintes, designadamente de propinas (2.739.918€), projetos (61.597.616€) e prestações de serviços (1.095.239€). Este crescimento reflete o reforço do princípio da especialização dos exercícios, assegurando que os rendimentos são reconhecidos no período económico a que respeitam.

As outras contas a pagar somam 9.311.970€, tendo-se verificado um aumento de 471.787€. Incluem, essencialmente, as remunerações e correspondentes encargos a pagar aos trabalhadores do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, em 2025, relativamente às férias e subsídio de férias referentes ao trabalho prestado em 2024, num total de 8.181.258€. Para além destes, incluem os credores por acréscimos de gastos, os outros credores (por operações de tesouraria) e as cauções e garantias.

A conta Estado e outros entes públicos, no montante de 763.226€, evidencia o montante de descontos retidos aos trabalhadores no processamento salarial do mês de dezembro, bem como os respetivos encargos do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, enquanto entidade patronal, e ainda o valor do IVA a pagar referente ao apuramento dos meses de novembro e dezembro e do 4.º trimestre dos Serviços de Ação Social (225.958€). Estes valores foram, entretanto, regularizados em 2025.

As dívidas a fornecedores conta corrente e fornecedores de investimento totalizam 559.837€ e apresentam um decréscimo de 319.479€, face a 2023.

Por fim, refira-se, no passivo não corrente, o montante de 342.057€, que corresponde às provisões para riscos e encargos, e apresenta uma diminuição de 3.909€ [Quadro 12]; este valor incorpora a estimativa do risco associado a processos judiciais em curso e a estimativa de compensações por caducidade no âmbito dos contratos de trabalho, ocorridas entre janeiro e dezembro de 2024.

5.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

5.2.1. Estrutura dos resultados consolidados

Em síntese, verifica-se um bom desempenho financeiro, uma vez que o resultado líquido do período se manteve positivo, pese embora registando um decréscimo de 6.758.153€ [Quadro 13], face ao ano transato. Esta diminuição relaciona-se com a redução dos rendimentos, para o qual contribuiu, maioritariamente, a rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos, cuja diminuição foi de 6.371.131€. O EBITDA⁵ apresenta um decréscimo, o que contribui de forma significativa para o resultado líquido do período. Os gastos de depreciação

⁵ Earnings before interest, taxes depreciation and amortization.

e amortizações mantiveram-se estáveis, havendo apenas uma ligeira diminuição dos mesmos face ao ano anterior.

Quadro 13 – Resumo da demonstração de resultados consolidada

Resumo da demonstração de resultados	unidade: euros		
	2024	2023	Δ 2024/2023
1-Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	4 565 622	11 518 596	-6 952 974
2-Gastos/reversões de depreciação e amortização	4 064 925	4 250 363	-185 437
3-Resultado operacional (antes de gastos de financiamento) (3)=(1)-(2)	500 697	7 268 233	-6 767 536
4-Rendimentos/gastos similiares suportados	-656	8 728	-9 383
5-Resultado antes de impostos (5)=(3)-(4)	501 352	7 259 505	-6 758 153
6-Resultado líquido do período	501 352	7 259 505	-6 758 153
Resultado líquido do período	501 352	7 259 505	-6 758 153

Fonte: Balanço e Demonstração de Resultados

5.2.2. Estrutura dos rendimentos consolidados

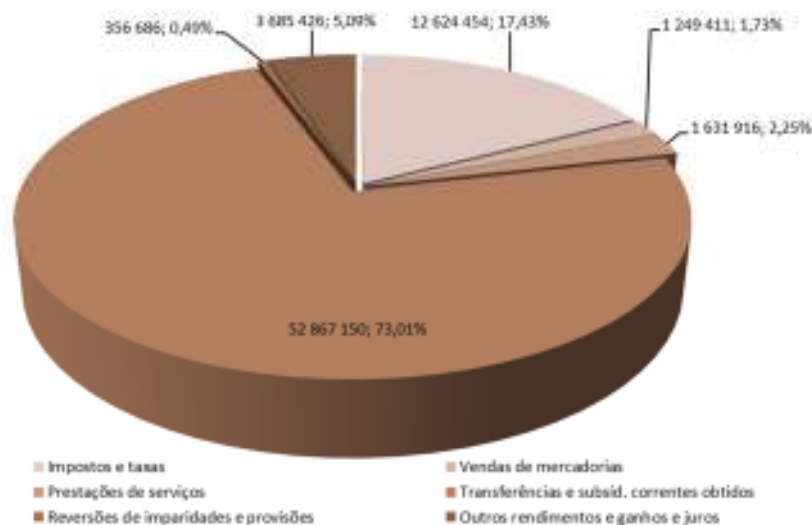
(Consultar nota 23.3 dos anexos às demonstrações financeiras para maior detalhe da estrutura dos rendimentos)

No exercício que findou, os rendimentos ascenderam a 72.415.042€, o que representa uma diminuição de 9,2%, no montante de 7.333.121€. Como se verifica no quadro seguinte [Quadro 14], esta redução resultou, maioritariamente, da diminuição registada em transferências e subsídios correntes obtidos, mas também nos impostos e taxas e nas prestações de serviços.

Quadro 14 – Estrutura dos rendimentos

Rendimentos	2024		2023		Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Impostos e taxas	12 624 454	17,43%	13 167 267	16,51%	-542 813	-4,12%
Vendas de mercadorias	1 249 411	1,73%	1 245 753	1,56%	3 657	0,29%
Prestações de serviços	1 631 916	2,25%	1 983 378	2,49%	-351 462	-17,72%
Transferências e subsíd. correntes obtidos	52 867 150	73,01%	59 238 281	74,28%	-6 371 131	-10,76%
Reversões de imparidades	278 293	0,38%	199 605	0,25%	78 688	39,42%
Reversões de provisões	78 393	0,11%	156 297	0,20%	-77 904	-49,84%
Outros rendimentos e ganhos e juros	3 685 426	5,09%	3 757 583	4,71%	-72 157	-1,92%
Total	72 415 042	100,00%	79 748 163	100,00%	-7 333 121	-9,20%

Fonte: Balancete de contas do Plano



Fonte: Balancete de contas do Plano

Gráfico 12 – Estrutura dos rendimentos

A conta de rendimentos com maior relevância no Grupo Instituto Politécnico de Leiria corresponde às transferências e subsídios correntes obtidos, que, em 2024, ascendeu a 52.867.150€, representando 73,01% do total dos rendimentos. Face ao período anterior, verificou-se um decréscimo de 10,76%, no montante de 6.371.131€. Esta conta compreende, em 71,4%, os rendimentos do OE, que totalizaram 40.931.602€, o que corresponde a uma diminuição de 1.401.941€ face ao ano anterior. Por sua vez, os rendimentos reconhecidos em função dos gastos incorridos no âmbito de contratos de financiamento de projetos, nos quais o Grupo Instituto Politécnico de Leiria participa, totalizaram 11.892.833€, registando uma diminuição de 5.000.756€.

Os rendimentos provenientes de impostos e taxas ascenderam a 12.624.454€, representativos de 17,43% dos rendimentos totais, tendo registado um decréscimo de 542.813€, quando comparados com os valores de 2023, em resultado da diminuição do número de estudantes ocorrida de forma mais significativa no ano letivo 2023/2024.

Os outros rendimentos e ganhos totalizaram 3.682.229€ e assinalam decréscimo de 75.353 €. São constituídos, maioritariamente, pela imputação, ao período, da parcela dos subsídios e transferências para investimento, proporcionalmente e em paralelo à depreciação ou amortização dos ativos objeto de financiamento, que totalizaram 3.286.518€, e apresentam uma diminuição de 137.104€. Menciona-se ainda, o aumento dos rendimentos proveniente de indemnizações, assim como das reposições não abatidas. Diminuem os outros rendimentos suplementares e o arrendamento de espaços, valores esses que totalizam 124.824€.

As vendas de mercadorias e prestações de serviços, que evidenciam um peso de 3,98%, registam uma redução de 347.805€ (as vendas de mercadorias diminuíram em 3.657€ e as prestações de serviços em 351.462€) face a 2023, e ascendem a 2.881.327€. A variação é justificada na atividade Instituto Politécnico de Leiria pelos serviços específicos no setor da educação e na atividade dos SAS, com a diminuição dos rendimentos de alimentação e alojamento.

O reconhecimento de reversões de imparidades e de provisões, no montante de 356.686€, é respeitante a dívidas de propinas, clientes e processo judiciais em curso que tiveram desfecho no ano, e ainda, caducidades de contratos laborais provisionadas no exercício anterior.

5.2.3. Estrutura dos gastos consolidados

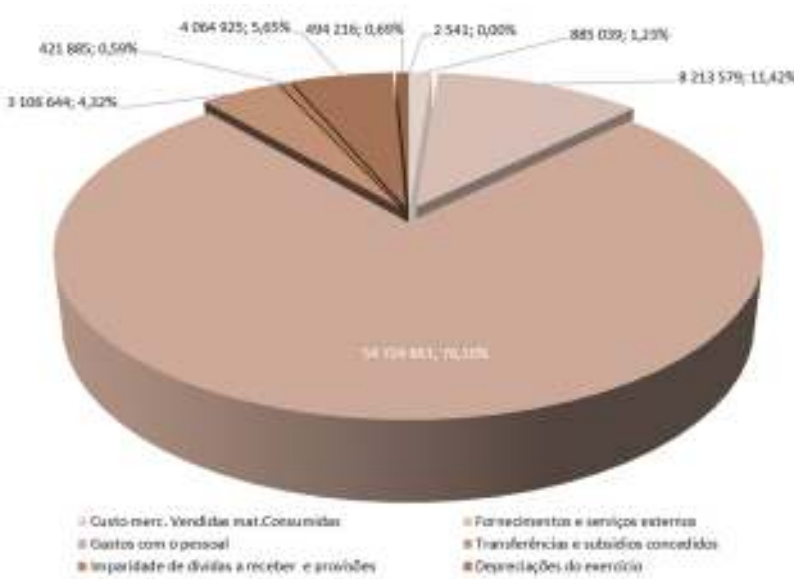
(Consultar nota 23.4 dos anexos às demonstrações financeiras para maior detalhe da estrutura dos gastos)

Em 2024, o total dos gastos ascendeu a 71.913.690€, o que representa uma diminuição de 574.968€. Tal como se pode constatar [Quadro 15], o decréscimo resultou, em grande parte, da componente de outros gastos e perdas, pese embora os gastos com o pessoal tenham aumentado, face a 2023.

Quadro 15 – Estrutura dos gastos consolidados

Gastos	2024		2023		Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Custo merc. Vendidas mat.Consumidas	885 039	1,23%	1 050 219	1,45%	-165 180	-15,73%
Fornecimentos e serviços externos	8 213 579	11,42%	8 387 420	11,57%	-173 841	-2,07%
Gastos com o pessoal	54 724 861	76,10%	52 668 135	72,66%	2 056 726	3,91%
Transferências e subsídios concedidos	3 106 644	4,32%	2 821 190	3,89%	285 453	10,12%
Imparidade de dividas a receber	339 583	0,47%	276 175	0,38%	63 408	22,96%
Provisões	82 303	0,11%	116 903	0,16%	-34 600	-29,60%
Depreciações do exercício	4 064 925	5,65%	4 250 363	5,86%	-185 437	-4,36%
Outros gastos	494 216	0,69%	2 909 525	4,01%	-2 415 308	-83,01%
Juros e gastos similares suportados	2 541	0,00%	8 728	0,01%	-6 187	-70,89%
Total	71 913 690	100,00%	72 488 658	100,00%	-574 968	-0,79%

Fonte: Balancete de contas do Plano



Fonte: Balancete de contas do Plano

Gráfico 13 – Estrutura dos gastos consolidados

A conta com maior expressão consiste nos gastos com pessoal, que representam 76,10% dos gastos do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, em 2024, e verificou um acréscimo de 3,91% face a 2023, no montante de 2.056.726€. Esta subida justifica-se, essencialmente, pelo aumento de pessoal docente, investigador, técnico e administrativo, decorrente do crescimento do Instituto Politécnico de Leiria nas várias dimensões da sua missão. Contribui também para este aumento, a maior qualificação do seu quadro de pessoal, bem como as alterações legislativas anteriormente referidas.

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, no montante de 885.039€, diminuíram em 165.180€. Esta diminuição na compra de bens e serviços que suportam a atividade das unidades alimentares e de alojamento dos SAS, reflete a quebra na procura das mesmas no ano em apreço.

Nos fornecimentos e serviços externos, onde se incluem os gastos com trabalhos especializados, eletricidade, limpeza e higiene, vigilância e segurança, deslocações e estadas, regista-se uma diminuição de 173.841€, sobretudo devido à diminuição dos gastos com trabalhos especializados e gastos energéticos.

As transferências e subsídios concedidos ascenderam a 3.106.644€, traduzindo um aumento de 285.453€, quando comparadas com os valores do ano transato. Correspondem a 3,89% do total dos gastos e compreendem, essencialmente, as transferências para os bolseiros de projetos de investigação e bolsas para mobilidade no âmbito de Projetos Erasmus. Registam, também, os montantes atribuídos pelo Grupo Instituto Politécnico de Leiria a outras entidades, que, desde 2017, passaram a incluir as transferências devidas a parceiros em projetos em que o Instituto Politécnico de Leiria é a entidade proponente⁶.

Os gastos de depreciações e amortizações registam um valor de 4.064.925€ e representam uma redução de 4,36% em relação a 2023, traduzido em 185.437€, decorrente do investimento acumulado ocorrido nos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

As perdas por imparidades cifram-se em 339.583€, enquanto as provisões registam um valor de 82.303€. Comparativamente com o período de relato anterior, as perdas por imparidade registam um aumento de 63.408€, no entanto as provisões registam uma diminuição de 34.600€.

Os outros gastos e perdas evoluíram de forma descendente para 494.216€, representando apenas 0,69% no total dos gastos. A redução significativa observada nesta componente (2.415.308€) justifica-se pelas correções relativas a períodos de relato anteriores, cuja diminuição ronda os 94% relativamente ao ano de 2023. No exercício anterior, o aumento registado nesta rubrica deveu-se, essencialmente, a correções relativas a períodos de relato anteriores, nomeadamente no âmbito do financiamento obtido para a execução de projetos cofinanciados dos TeSP, em que os adiantamentos reconhecidos excederam os montantes efetivamente executados.

⁶ As transferências para parceiros são contabilizadas, considerando as regras previstas no ponto 74 da Circular Série A nº 1409 - Instruções aplicáveis à execução orçamental de 2024.



Relatório de Atividades e Gestão Consolidado

Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social

2024



Indicadores Consolidados



6. INDICADORES CONSOLIDADOS

No quadro seguinte são apresentados alguns indicadores de gestão que permitem uma análise complementar da situação económica e financeira do Grupo Instituto Politécnico de Leiria para os anos 2024 e 2023.

Quadro 16 – Indicadores consolidados		
Indicadores	2024	2023
Orçamento Estado/Despesas com pessoal	73,8%	79,4%
Despesas com pessoal/Despesas totais	58,4%	62,9%
Despesas de capital/Despesas totais	26,7%	19,8%
Receitas próprias/ Receitas totais	57,9%	51,0%
Grau de realização das liquidações	60,7%	57,5%
Grau de realização das obrigações	98,5%	98,2%
Autonomia financeira	56,1%	56,8%
Endividamento	43,9%	43,2%
EBITDA	4 565 622	11 518 596

Fonte: Balanço | Demonstração de Resultados

Da análise efetuada, destacam-se os seguintes aspetos:

- A dotação do Orçamento de Estado permitiu cobrir 73,8% dos gastos com pessoal, sendo inferior em 5,6 pp face ao período anterior, resultado de uma menor receita proveniente do Estado. Importa referir que, em 2023, foram pagos reforços relativos aos TeSP não financiados, o que contribuiu positivamente para o indicador naquele ano;
- A diminuição do peso das despesas com pessoal, no total das despesas, em 4,5 pp, em consequência do aumento das despesas totais, em particular das despesas de investimento.;
- O aumento das despesas de capital sobre as despesas totais, verificando-se inversamente uma diminuição das despesas correntes já deduzidas dos gastos com pessoal, sobre as despesas totais;
- Melhoria da capacidade de cobrança de receitas próprias, onde se incluem os fundos UE e as transferências das AP;
- O grau de realização das liquidações aumentou, justificado pelo aumento das liquidações registadas. O grau de realização das obrigações aumentou, ficando muito próximo dos 100%;
- O rácio de autonomia financeira atingiu os 56,1%, representando uma redução de 0,7 pp, por via do aumento do ativo, como consequência da liquidação total dos contratos de projetos cofinanciados. No cálculo deste rácio, o valor relativo aos subsídios para investimento foi incluído no património líquido, tendo em conta o tratamento contabilístico estabelecido nas Normas de Contabilidade Pública e que entrou em vigor a partir de janeiro de 2018;
- O rácio de endividamento, no ano 2024, foi de 43,9%, e aumenta em 0,7 pp;
- No período em análise o Grupo Instituto Politécnico de Leiria gerou um EBITDA positivo no montante de 4.565.622€, o que contribuiu para o resultado líquido do exercício, mas evidenciando um decréscimo de 6.952.974€ comparativamente ao ano transato.



**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



**Nota
Final**



7. NOTA FINAL

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria continua a enfrentar pressões significativas na execução orçamental, tanto ao nível da receita como da despesa. Ainda assim, a instituição tem vindo a reforçar, de forma consistente, a diversificação das suas fontes de financiamento. Em 2024, voltou a consolidar o crescimento das receitas provenientes de fundos europeus, a par com o forte desenvolvimento de projetos cofinanciados.

Neste contexto, o Grupo Instituto Politécnico de Leiria, tem prosseguido a sua estratégias para o equilíbrio desejado nas suas contas, procurando garantir a estabilidade orçamental e a liquidez de tesouraria para responder a desafios fundamentais como: a gestão das carreiras de professores, investigadores, técnicos e administrativos dotando a instituição de capital humano para o desenvolvimento dos seus objetivos; a promoção do sucesso académico; a redução do abandono escolar; a urgente melhoria dos infraestruturas pedagógicos e de investigação e ainda consolidar o processo de internacionalização.

O crescimento sustentado do Grupo tem sido possível graças ao reforço das receitas próprias, nomeadamente as provenientes de propinas e de programas de fundos comunitários, e à contenção da despesa por via de um acentuado corte no investimento nos espaços laboratoriais e na manutenção das infraestruturas existentes, o que revela o grande esforço feito pelo Instituto Politécnico de Leiria para manter a sua estabilidade financeira à custa do agravamento da qualidade dos espaços de ensino e investigação. A recente atualização da fórmula de financiamento, aliada às transferências relativas aos TeSP anteriormente não financiados, permitiu, ainda que parcialmente, dar início a algumas melhorias há muito identificadas como prioritárias.

Ao nível da despesa, merece particular destaque o aumento dos encargos com pessoal, decorrente da contratação de pessoal docente, investigadores e técnicos e administrativos, em resposta à intensificação da atividade institucional, bem como as atualizações salariais de caráter obrigatório. Verificava-se igualmente um crescimento significativo das despesas de capital, impulsionado pela execução de projetos financiados pelo PRR e outros programas comunitários, cuja concretização tem sido essencial para a continuidade e expansão da missão institucional. Este esforço decorre sem descurar o foco estratégico na investigação, no desenvolvimento e na inovação, definidos na missão institucional.

A gestão financeira e orçamental do Grupo Instituto Politécnico de Leiria mantém-se orientada por uma rigorosa afetação dos recursos disponíveis, em conformidade com as prioridades estabelecidas no Plano de Atividades e no Plano Estratégico. Esta abordagem pauta-se pelos princípios de eficiência, economia e eficácia, fundamentais para assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Não obstante os constrangimentos existentes, os objetivos propostos para o exercício de 2024 foram atingidos, destacando-se a obtenção de resultados líquidos orçamentais e financeiros positivos, evidenciando a solidez da gestão e a sustentabilidade do Grupo.

Face ao exposto, podemos concluir, ao nível da execução orçamental, da situação patrimonial e dos resultados, o seguinte:

Execução orçamental:

- A receita total cobrada ascendeu a 94.747.209€, incluindo: saldos de gerências anteriores no montante de 1.504.238€, ativos financeiros no valor de 14.984.048€, e receitas efetivas do ano no montante de 78.258.923€;
- A principal fonte de financiamento foram as receitas de impostos (45,9%), que incluem o financiamento do Estado. Seguem-se os financiamentos europeus e as transferências da Administração Pública (35,3%) e, por fim, as receitas próprias (18,8%);
- O grau de execução foi de 88,4%. As liquidações superaram as previsões corrigidas em 48.785.166€, enquanto as receitas cobradas foram inferiores às previsões em 12.440.032€, essencialmente nas rubricas relativas a projetos;
- A despesa total paga, excluindo os ativos financeiros foi de 71.991.344€. Incluindo os ativos financeiros, o total ascende a 92.572.344€. Esta despesa foi financiada pelas receitas cobradas no ano, tendo ainda gerado um saldo positivo de 6.267.580€;
- As despesas com pessoal registaram um aumento, refletindo a estratégia de valorização do Instituto Politécnico de Leiria. Verificou-se também um crescimento significativo das despesas de capital, impulsionado pelos investimentos estruturantes em infraestruturas;
- O saldo positivo obtido permitiu aumentar o ativo financeiro detido a 31 de dezembro;
- O saldo de gerência que transita para 2025 é de 2.174.866€, sendo que transitam igualmente obrigações por pagar no montante de 1.378.001€.

Situação patrimonial:

- O ativo total ascende a 174.373.051€, com um aumento de 4.684.212€ face a 2023. O crescimento deve-se sobretudo ao aumento dos ativos fixos tangíveis, ativos financeiros e disponibilidades;
- Os ativos não correntes representam 46,8% do total, com destaque para edifícios, terrenos e equipamentos, refletindo o forte peso do património físico da instituição;
- O ativo corrente totaliza 92.716.772€ (53,2% do ativo total), com um crescimento de 3,2%;
- O património líquido aumentou para 97.904.699€, representando um crescimento de 1,5% em relação a 2023. Este aumento deve-se principalmente ao reforço dos resultados transitados, apesar da diminuição do resultado líquido do exercício;
- O passivo totalizou 76.468.352€, com um aumento de 4,4% face ao ano anterior;
- 85,6% do passivo refere-se a diferimentos, ou seja, rendimentos a reconhecer em períodos futuros (propinas, projetos, serviços prestados), totalizando 65.432.774€;
- As outras contas a pagar somaram 9.311.970€, refletindo principalmente as remunerações e encargos a pagar aos trabalhadores, com destaque para férias e subsídio de férias de 2024 (8.181.258€).

Resultados:

- Os rendimentos, no montante de 72.415.042€, apresentam uma redução de 9,2% (7.333.121€) em comparação com 2023;
- Os rendimentos de transferências e subsídios correntes continuam a representar o maior peso, com 52.867.150€ (73,0% do total), embora apresentem uma diminuição de 10,8% (-6.371.131€);
- Os gastos, no montante de 71.913.690€, reduzem em 0,8% (-610.305€) em relação a 2023;
- Os gastos com pessoal representam 76,1% do total dos gastos, com um aumento de 3,9% (+2.056.726€);
- Os fornecimentos e serviços externos diminuíram em 173.841€, principalmente devido à redução nos trabalhos especializados, embora tenha ocorrido um aumento em algumas despesas fixas, como limpeza e segurança;
- Os outros gastos e perdas diminuíram em 2.415.308€ em comparação com o ano anterior, refletindo a regularização de rendimentos de projetos cofinanciados;
- Os resultados líquidos são positivos em 501.352€, e registaram uma redução de 6.758.153€.

Tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 se apurou um resultado líquido consolidado positivo, no montante de 501.352,29€ propõe-se:

- Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- Que a totalidade do resultado líquido positivo seja transferido para “Resultados transitados”.

Leiria, 25 de junho de 2025

O Conselho de Gestão do Instituto Politécnico de Leiria

O Presidente,

(Carlos Manuel da Silva Rabadão)

O Vice-Presidente,

(Pedro António Amado de Assunção)

O Vice-Presidente,

(José Manuel Couceiro Barosa Correia Frade)

A Administradora do Instituto Politécnico de Leiria,

(Paula Marisa Lopes Gomes)

*A Administradora dos Serviços de Ação Social do
Instituto Politécnico de Leiria,*

(Cláudia Andreia Cunha Belém Toneca)



Relatório de Atividades e Gestão Consolidado

Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social

2024



Anexos





**Relatório de Atividades
e Gestão Consolidado**
Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social
2024



Demonstrações Financeiras Consolidadas



DF1. BALANÇO CONSOLIDADO

unidade: euros

RUBRICAS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	77 693 845,52	75 878 277,73
Ativos intangíveis	3	3 626 431,45	3 676 443,24
Participações financeiras	18	335 996,40	335 996,40
		81 656 273,37	79 890 717,37
ATIVO CORRENTE			
Inventários		16 578,43	18 263,87
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	14 18	58 219 016,94	59 084 126,83
Clientes, contribuintes e utentes	9 18	1 144 532,72	1 105 736,73
Outras contas a receber	18	9 374 956,54	11 715 728,97
Diferimentos	23	183 231,33	180 187,20
Ativos financeiros detidos para negociação	18	20 581 000,00	14 984 047,66
Caixa e depósitos	1 18	3 197 461,27	2 710 030,26
		92 716 777,23	89 798 121,52
Total do Ativo		174 373 050,60	169 688 838,89
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		3 153 485,22	3 153 485,22
Resultados transitados		20 352 356,17	13 088 306,15
Outras variações no património líquido	13	73 897 505,36	72 932 392,32
Resultado líquido do período		501 352,29	7 259 505,35
Total do Património Líquido		97 904 699,04	96 433 689,04
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	15	342 057,47	338 148,00
Diferimentos	23	177 661,32	182 168,04
		519 718,79	520 316,04
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	283 820,56	579 185,18
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	58 487,47	53 262,08
Estado e outros entes públicos	18	763 226,24	607 100,05
Fornecedores de investimentos	18	276 016,27	300 130,61
Outras contas a pagar	18	9 311 970,05	8 840 182,72
Diferimentos	23	65 255 112,18	62 354 973,17
		75 948 632,77	72 734 833,81
Total do Passivo		76 468 351,56	73 255 149,85
Total do Património Líquido e Passivo		174 373 050,60	169 688 838,89

DF2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

unidade: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	14	12 624 453,62	13 167 267,02
Vendas	13	1 249 410,63	1 245 753,16
Prestações de serviços e concessões	13	1 631 915,97	1 983 378,01
Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos	14	52 867 150,09	59 238 280,73
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-885 039,23	-1 050 219,36
Fornecimentos e serviços externos	23	-8 213 578,74	-8 387 420,10
Gastos com o pessoal	23	-54 724 860,52	-52 668 134,66
Transferências e subsídios concedidos	23	-3 106 643,51	-2 821 190,39
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-61 289,87	-76 570,52
Provisões (aumentos/reversões)	15	-3 909,47	39 394,20
Outros rendimentos e ganhos	13 14	3 682 229,27	3 757 582,56
Outros gastos e perdas	23	-494 216,14	-2 909 524,58
Result antes de depreciações e gastos de financiamento		4 565 622,10	11 518 596,07
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 5	-4 064 925,34	-4 250 362,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		500 696,76	7 268 233,24
Juros e rendimentos similares obtidos		3 196,60	0,00
Juros e gastos similares suportados		-2 541,07	-8 727,89
Resultado antes de impostos		501 352,29	7 259 505,35
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		501 352,29	7 259 505,35
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			

DF3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

unidade: euros														
Descrição	Notas	Património líquido atribuído aos detentores do Património líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total Património Líquido
		Capital realizado	Out. Inst. Capital próprio	Reservas Legais	Reservas Trf ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust ativos financeiros	Excedente Revalorização	Outras variações património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	3 153 485,22					13 088 306,15			72 932 392,32	7 259 505,35	96 433 689,04		96 433 689,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												0,00		0,00
Primeira adoção novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Dif. de conversão de demonst. financeiras												0,00		0,00
Realização do excento de revalorização												0,00		0,00
Exced. revalorização e respetivas variações												0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital										240 632,49		240 632,49		240 632,49
Outras alterações reconhecidas no património líquido							7 264 050,02			724 480,55	-7 259 505,35	729 025,22		729 025,22
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 264 050,02	0,00	0,00	965 113,04	-7 259 505,35	969 657,71	0,00	969 657,71
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											501 352,29	501 352,29		501 352,29
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 264 050,02	0,00	0,00	965 113,04	-6 758 153,06	1 471 010,00		1 471 010,00
OPERAÇÕES C/ DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras Operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		3 153 485,22	0,00	0,00	0,00	0,00	20 352 356,17	0,00	0,00	73 897 505,36	501 352,29	97 904 699,04	0,00	97 904 699,04

DF4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

		unidade: euros	
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2024	2023
<u>Fluxos de Caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		2 189 346,94	2 013 133,90
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		62 171 194,44	66 489 254,86
Recebimentos de utentes		13 837 111,12	14 176 440,35
Pagamentos a fornecedores		-9 677 241,72	-9 160 300,52
Pagamentos ao pessoal		-44 106 023,24	-42 669 271,87
Pagamentos de prestações sociais		0,00	
Caixa gerada pelas operações		24 414 387,54	30 849 256,72
Outros recebimentos / pagamentos		-13 462 836,77	-13 579 020,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais(a)		10 951 550,77	17 270 236,28
<u>Fluxos Caixa atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4 625 923,44	-2 503 534,36
Ativos intangíveis		-241 243,98	-144 029,34
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-20 581 000,00	-14 984 047,66
Outros ativos		0,00	-24 436,24
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		14 984 047,66	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos			
Fluxos caixa atividades investimento (b)		-10 464 119,76	-17 656 047,60
<u>Fluxo Caixa actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações capital e outros inst. capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redu capital e outros instrumentos capital		0,00	0,00
Outras operações financiamento		0,00	0,00
Fluxos caixa atividades financiamento (c)		0,00	0,00
Variação caixa e equivalentes (a+b+c)		487 431,01	-385 811,32
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e Equivalentes Caixa início período		2 710 030,26	1 560 184,34
Caixa e Equivalentes Caixa fim período		3 197 461,27	3 095 841,58
CONCILIAÇÃO CAIXAS E EQUIV E SALDO GERÊNCIA			
Caixa e Equivalentes Caixa início período		2 710 030,26	3 095 841,58
-Equivalentes a caixa no início do períod		0,00	0,00
-Variações cambiais caixa início período		0,00	0,00
=Saldo da gerência anterior		2 710 030,26	3 095 841,58
De execução orçamental		1 504 238,38	1 259 448,69
De operações de tesouraria		1 205 791,88	1 836 392,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 197 461,27	2 710 030,26
-Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
-Variações cambiais de caixa fim do perio		0,00	0,00
=Saldo da gerência seguinte		3 197 461,27	2 710 030,26
De execução orçamental		2 174 865,74	1 504 238,38
De operações de tesouraria		1 022 595,53	1 205 791,88

DF5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

O Grupo Público Instituto Politécnico de Leiria é constituído pelo Instituto Politécnico de Leiria e pelos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria, nos termos art.º 95.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria em vigor no ano 2023 e das NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

I) Entidades incluídas na consolidação

1.1. Identificação

Designação: Instituto Politécnico de Leiria

Endereço: Rua General Norton de Matos, Apartado 4133, 2411-901 Leiria

Código de classificação orgânica: 091036300 INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

NIPC: 506 971 244

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação: O Instituto Politécnico de Leiria, criado pelo Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de agosto, enquanto instituição de ensino superior, obedece ao disposto no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que regula, entre outros, a sua constituição, atribuições e organização, o funcionamento e competência dos seus órgãos e, ainda, a tutela e fiscalização pública do Estado sobre a mesma, no quadro da sua autonomia.

O Instituto Politécnico de Leiria é dotado de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

Os Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria em vigor no ano 2024 são os aprovados pelo Despacho Normativo n.º 6/2004 (2.ª série), publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 58, de 21 de março, constituindo a norma fundamental de organização interna e de funcionamento da instituição.

Estrutura Organizacional: A organização institucional do Instituto Politécnico de Leiria existente em 2024 encontrava-se definida nos artigos 8.º ao 15.º dos seus Estatutos na redação em vigor nesse ano.

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria

Endereço: Rua General Norton de Matos, Apartado 4014, 2411-901 Leiria

Código de classificação orgânica de funcionamento: 091036400 SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

NIPC: 600 041 581

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação: Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril – Estabelece as bases do sistema de ação social no âmbito das instituições de ensino superior, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto – Estabelece

as bases do financiamento do ensino superior; Em 2024, sofreram uma reestruturação e regem-se pelo Regulamento n.º 246-A/2024, de 02 de julho – Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Leiria.

Recursos Humanos

Para apoio ao desenvolvimento das suas atividades, o Grupo Instituto Politécnico de Leiria contava, em 31 de dezembro de 2024, com o apoio de 1.688 pessoas, envolvendo docentes (1.132), investigadores (30) e colaboradores técnicos e administrativos (526), distribuídos pelos diferentes serviços e unidades.

Pessoal docente do Instituto Politécnico de Leiria, por categoria, a 31 de dezembro 2024

Categoria	ESECS	ESTG	ESAD.CR	ESTM	ESSLei	Total
Professor Coordenador Principal	4	7		1		12
Professor Coordenador	18	44	5	15	9	91
Professor Adjunto	63	190	61	45	41	400
Assistente 2º Triénio	1	1	1	1		4
Assistente		2				2
Professor Coordenador Convidado		1				1
Professor Adjunto Convidado	45	34	40	16	31	166
Assistente Convidado	97	155	59	41	97	449
Monitor	2	2	3			7
Total	230	436	169	119	178	1.132
Total ETI	157,75	331,80	119,60	90,15	103,15	802,45

ETI – Equivalente a tempo integral
Fonte: Direção de Serviços de Gestão de Pessoas do Instituto Politécnico de Leiria

Pessoal de investigação científica do Instituto Politécnico de Leiria, por categoria, a 31 de dezembro 2024

Categoria	ESECS	ESTG	ESAD.CR	ESTM	ESSLei	CDRsp	Total
Investigador Auxiliar	1	3	1	4	1	2	12
Investigador Doutorado (EC)		2	1	12	1	2	18
Total	1	5	2	16	2	4	30
Total ETI	1,00	5,00	2,00	16,00	2,00	4,00	30,00

ETI – Equivalente a tempo integral
Fonte: Direção de Serviços de Gestão de Pessoas do Instituto Politécnico de Leiria

Colaboradores técnicos do Instituto Politécnico de Leiria e Serviços e Ação Social, por categoria, a 31 de dezembro 2024

Carreira/Categoria	Serviços Comuns (*)	ESECS	ESTG	ESAD.CR	ESTM	ESSLei	SAS	Total
Dirigente	20	1	1	1	1	1	4	29
Técnico Superior	113	13	26	20	21	10	9	212
Informático	29		2				0	31
Assistente Técnico	75	7	12	11	8	7	5	125
Assistente Operacional	10	2	7	3	3	4	100	129
Total	247	23	48	35	35	22	118	526

(*) Incorpora os colaboradores afetos aos serviços centralizados, CIP, CAE e CDRSP
Fonte: Direção de Serviços de Gestão de Pessoas do Instituto Politécnico de Leiria e Serviços de Ação Social

II) Entidades excluídas na consolidação

(Consultar nota 18.4 dos anexos às demonstrações financeiras para maior detalhe das entidades excluídas na consolidação)

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria tem participações noutras entidades, sobre as quais não detém o controlo, pelo que não entram na consolidação de contas do Grupo, ficando uma referência sobre as mesmas:

- Fundação da Escola Profissional de Leiria, Rua da Cooperativa, São Romão, 2414-019 Leiria;
- OPEN-Associação para Oportunidade Específicas de Negócio, Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande;
- POOL.NET Portuguese Tooling Network - Zona Industrial - Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78, 2431-901 Marinha Grande;
- OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia - Casa do Largo da Porta da Vila, 1.º, 2510-089 Óbidos;
- INOVREGIO - Associação de Inovação Regional - Torreão do Mercado Municipal, Rua 26 de Novembro, 2070 – Cartaxo;
- CCD-Centro de Competências D. Dinis - Rua da Carvalha, 570, 2400-441 Leiria;
- INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra - Rua Antero de Quental 199, 3000 Coimbra;
- CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos - Rua de Espanha Lote 8, Zona Industrial, 2431-904 Marinha Grande;
- STARTUP Leiria – Rua da Carvalha n.º 570, 2400-441 Leiria;
- ACPMR - Associação Cluster Portugal Mineral Resources - Praça Luís de Camões n.º 38 7100-512 Estremoz;
- APDPCTMP - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar de Peniche - LG do Município, 2520-239, Peniche;
- BUILT CoLAB - Collaborative Laboratory for the Future Build Environment - Rua de Campo Alegre, 760 4150-003 Porto;
- S2AQUAcoLAB – Laboratório Colaborativo para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente - Av. Parque Natural da Ria Formosa, 8700-194 Olhão;
- +ATLANTIC ASSOCIAÇÃO LAB COLABORATIVO ATLÂNTICO - Rua do Conhecimento, n.º 4 2520-614 Peniche;
- Associação Kipt Inovação e Turismo, Laboratório Colaborativo - PQ Industrial Lote 3, 8100-272, Loulé.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura conceptual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP), relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as demonstrações financeiras consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentam informação sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa e permitem uma análise comparativa no que diz respeito ao ano anterior para todas as quantias relatadas.

No ano 2024, não existiram saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a valores retidos no âmbito de procedimentos concursais para garantia da boa execução dos contratos, sendo que estes não se encontram livremente disponíveis para uso. A desagregação dos valores inscritos na conta de caixa e depósitos bancários do Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2024, era a seguinte:

Conta	Euros	
Caixa	0	0,00
Depósitos à ordem		3 090 092,33
Depósitos à ordem no Tesouro	2 667 576,72	
Depósitos bancários à ordem	422 515,61	
Depósitos a prazo		-
Depósitos consignados		-
Depósitos de garantias e cauções		107 368,94
Total		3 197 461,27

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos registos contabilísticos do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, tomando como base o custo histórico.

O euro é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam:

- Realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional;
- Detidos principalmente com a finalidade de ser negociados;
- Realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data do relato;

- Caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato, ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

2.1.1 Políticas contabilísticas

Tendo por base o disposto nas NCP, as políticas contabilísticas adotadas pelas entidades do Grupo foram as seguintes:

- *Pressuposto da continuidade* – de acordo com o pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.
- *Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)* – as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas contas de outras contas a pagar e a receber e nas contas de diferimentos.
- *Consistência da apresentação* – a apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes ao longo dos períodos.
- *Materialidade e agregação* – a materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras.
- *Compensação* – os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.
- *Informação comparativa* – as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela entidade no período em análise foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao período anterior.
- *Principais estimativas e julgamentos* – na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Gestão baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

- *Acontecimentos subsequentes* – os eventos ocorridos que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.
- *Alterações de políticas, estimativas e erros* – durante o exercício de 2024, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, nem foram registados erros materiais relativos a períodos anteriores.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são as que abaixo se indicam:

Ativos intangíveis

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 3 deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo puder ser mensurado com fiabilidade⁷.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, licenças de software e programas de computador, marcas e patentes e, ainda, direitos de superfície. Os programas de computador e sistemas de informação têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada também de 3 anos. Os ativos intangíveis referentes a direitos de superfície não estão a ser amortizados; a não amortização resulta do facto dos contratos incluírem cláusulas de renovação automática ou não ser expectável a sua rescisão.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar. Para este efeito, são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Na transição para o SNC-AP, foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2017.

⁷ Considerando as definições constantes da Estrutura Conceptual da informação financeira pública.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “outros rendimentos” ou “outros gastos”.

Ativos fixos tangíveis

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 5 deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidades acumuladas, quando aplicável.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se, for provável que fluirão para o Grupo Instituto Politécnico de Leiria benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem e o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gastos no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos adquiridos até 30 de novembro de 2001 encontram-se registados nas demonstrações financeiras pelo valor resultante de uma inventariação e avaliação inicial efetuada por uma equipa de peritos independentes.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	0 a 8
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo registadas como “outros rendimentos” ou “outros gastos”, e reconhecidas na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, sendo integrados no item de “ativos fixos tangíveis” em curso e são mensurados ao custo de aquisição ou de produção. Estes bens não foram depreciados enquanto tal por não se encontrarem em estado de uso.

Inventários

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 10 deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são mensuradas ao custo de aquisição, ou ao valor de mercado, no caso de este ser inferior. Entende-se por valor de mercado o valor realizável líquido. Nos casos em que o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

Locações

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 6 deste Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

As Entidades classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira, se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade, ou como locação operacional, se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional, na ótica do locatário, são reconhecidos como gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciáveis e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

Imparidades de ativos

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 9 deste Anexo às demonstrações financeiras)

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta se são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada nas demonstrações financeiras.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa ao qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento. Contudo, é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações ou depreciações), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Rendimentos de transações com contraprestação

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 13 deste Anexo às demonstrações financeiras)

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependendo de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos com contraprestação resultam da venda de bens, prestação de serviços, ou o uso por terceiros de ativos da entidade, produzindo juros, royalties, dividendos e distribuições similares.

O rendimento proveniente de vendas de bens é reconhecido aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos. Os rendimentos associados às prestações de serviço são reconhecidos na demonstração de resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados. Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na conta de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Rendimentos de transações sem contraprestação

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 14 deste Anexo às demonstrações financeiras)

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao

mesmo influxo. A entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

Os rendimentos sem contraprestação são os provenientes de impostos e transferências (sejam de caixa ou não), incluindo taxas, transferências financeiras, subsídios, perdão de dívida, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e parte não transacionada em mercado de empréstimos bonificados.

Quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida com um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 15 deste Anexo às demonstrações financeiras)

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem a possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Grupo Instituto Politécnico de Leiria não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo, se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Instrumentos financeiros

(A divulgação prevista na NCP 1 encontra-se no ponto 18 deste Anexo às demonstrações financeiras)

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. O Grupo Instituto Politécnico de Leiria reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: dinheiro; um instrumento de capital próprio de outra entidade; e um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

A entidade classifica os ativos financeiros na categoria de devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Inclui, ainda, caixa e depósitos à ordem.

Clientes e Outros contas a receber

As dívidas de clientes e outros créditos a receber são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as dívidas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, quando os indicadores de imparidades diminuíam ou desapareçam.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na conta Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja uma obrigação contratual para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade, ou para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os passivos financeiros aqui tratados referem-se aos decorrentes de relacionamentos contratuais de aquisições de bens e serviços e de outras obrigações relacionadas com a atividade económica do Grupo, designadamente fornecedores e fornecedores de imobilizado.

Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outras entidades são inicialmente mensuradas ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado.

Todos os outros ativos e passivos são classificados como ativos e passivos não correntes.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Benefícios dos empregados

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. O Instituto Politécnico de Leiria e os Serviços de Ação Social não têm qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

Investimentos financeiros

A NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos estabelece, como regra a aplicar na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais se exerce influência significativa ou controlo, o método de equivalência patrimonial.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: representação no órgão de gestão da participada; participação nos processos de decisão de políticas; existência de transações significativas entre o investidor e a participada; intercâmbio de pessoal de gestão; ou prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora.

As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultante de alterações no capital próprio desta, que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No caso do Grupo Instituto Politécnico de Leiria não existem situações de participações em entidades associadas onde se verifique um controlo e influência significativa, pelo que se aplica a NCP 18 – Instrumentos Financeiros e os investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

2.3. Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCP, o Conselho Gestão do Instituto Politécnico de Leiria utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto Politécnico de Leiria e dos SAS, mantidos de acordo com os princípios definidos no sistema de normalização contabilística vigente em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do relato são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade de as entidades operarem em continuidade e concluído que dispõem de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos, em relação ao futuro, adotados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Atendendo a que não foram tidos em consideração, na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, outros pressupostos que não o da continuidade e o do acréscimo, não estão identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas em efeito no período corrente

De acordo com NCP 2 - Políticas Contabilísticas, os efeitos das alterações em estimativas contabilísticas são reconhecidos, conforme as circunstâncias, no período corrente e nos períodos futuros afetados por tais alterações. No exercício de 2018, com a entrada em vigor do SNC-AP, foi revista a vida útil dos imóveis.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, reexpressando-se a informação do ou dos períodos anteriores, a menos que tal seja impraticável.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS CONSOLIDADOS

(Vidas úteis ou taxas de amortização usadas e métodos de amortização usados encontra-se no ponto 2.2 deste Anexo às demonstrações financeiras)

3.1. Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

O movimento ocorrido na quantia bruta escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, no início e no final do período de 2024, foram os seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	167 427,60	167 427,60			167 427,60	167 427,60		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	4 885 764,61	4 516 784,33		368 980,28	5 122 682,71	4 770 995,59		351 687,12
Propriedade industrial e intelectual	136 976,98	117 030,32		19 946,66	147 772,69	131 050,75		16 721,94
Outros	3 171 598,44	0,00		3 171 598,44	3 171 598,44	0,00		3 171 598,44
Ativos intangíveis em curso	115 917,86	0,00		115 917,86	86 423,95	0,00		86 423,95
Total	8 477 685,49	4 801 242,25	0,00	3 676 443,24	8 695 905,39	5 069 473,94	0,00	3 626 431,45

3.2. Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada, no início e no final do período de 2024, foi a seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										0,00
Goodwill										0,00
Projetos de desenvolvimento										0,00
Programas de computador e sistemas de informação	368 980,28	236 918,10	0,00				-254 211,26			351 687,12
Propriedade industrial e intelectual	19 946,66	1 182,23	35 084,63				-14 020,43		-25 471,15	16 721,94
Outros	3 171 598,44	0,00								3 171 598,44
Ativos intangíveis em curso	115 917,86	5 590,72	-35 084,63							86 423,95
Total	3 676 443,24	243 691,05	0,00	0,00	0,00	0,00	-268 231,69	0,00	-25 471,15	3 626 431,45

O valor registado em outros ativos intangíveis agrega o reconhecimento de direitos de superfície pelo montante de 3.171.598,44€. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Instituto Politécnico de Leiria não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

Refira-se, ainda, que, com a implementação do SNC-AP, foram definidas novas regras no tratamento contabilístico dos *softwares*, que passaram de ativos tangíveis para intangíveis, por não deterem forma física.

a) Ativos intangíveis – adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixos intangíveis:

ATIVOS INTANGÍVEIS (1)	Adições									Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										0,00
Goodwill										0,00
Projetos de desenvolvimento										0,00
Programas de computador e sistemas de informação		226 918,10							10 000,00	236 918,10
Propriedade industrial e intelectual		1 182,23								1 182,23
Outros										0,00
Ativos intangíveis em curso		5 590,72								5 590,72
Total	0,00	233 691,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	243 691,05

As adições totais de ativos intangíveis, no valor de 243.691,05€, compreendem aquisições e ofertas de programas de computador e sistema de informação, bem como patentes e ativos em curso desta natureza. Os valores finais de aquisições registados na rubrica de ativos intangíveis em curso, no montante de 5.590,72€, são relativos a patentes e marcas registadas que ainda não foram concedidas.

b) Ativos intangíveis – diminuições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos intangíveis:

ATIVOS INTANGÍVEIS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação	Outras (5)	Total (6) = (2) + (3) + (4) + (5)
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural					0,00
Goodwill					0,00
Projetos de desenvolvimento					0,00
Programas de computador e sistemas de informação					0,00
Propriedade industrial e intelectual				-25 471,15	-25 471,15
Outros					0,00
Ativos intangíveis em curso					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	-25 471,15	-25 471,15

Este valor resultou da alteração da vida útil de ativos intangíveis que foram sujeitos a uma amortização extraordinária, após o que, em face da sua natureza, foram abatidos.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS CONSOLIDADOS

(Bases de mensuração, métodos de depreciação e vidas uteis ou taxas de depreciação usadas, encontra-se no ponto 2.2 deste Anexo às demonstrações financeiras)

5.1. Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Outros bens de domínio público em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais				0,00				0,00
Edifícios e outras construções				0,00				0,00
Infraestruturas				0,00				0,00
Património histórico, artístico e cultural				0,00				0,00
Ativos fixos em concessão em curso				0,00				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	11 879 794,46			11 879 794,46	13 663 994,46			13 663 994,46
Edifícios e outras construções	86 059 216,95	29 745 383,14		56 313 833,81	86 546 234,53	31 724 526,17		54 821 708,36
Equipamento básico	29 928 149,76	24 528 228,95		5 399 920,81	31 071 190,55	25 470 809,17		5 600 381,38
Equipamento de transporte	1 154 534,70	1 042 329,94		112 204,76	1 154 534,70	1 117 634,62		36 900,08
Equipamento administrativo	8 173 754,21	7 819 931,76		353 822,45	8 145 857,99	7 921 722,54		224 135,45
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros	1 857 075,01	1 691 848,40		165 226,61	1 878 071,27	1 722 111,51		155 959,76
Ativos fixos tangíveis em curso	1 653 474,83	0,00		1 653 474,83	3 190 766,03			3 190 766,03
	140 705 999,92	64 827 722,19	0,00	75 878 277,73	145 650 649,53	67 956 804,01	0,00	77 693 845,52
Total	140 705 999,92	64 827 722,19	0,00	75 878 277,73	145 650 649,53	67 956 804,01	0,00	77 693 845,52

5.2. Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Os ativos fixos tangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Outros bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	11 879 794,46	1 784 200,00	-	-	-	-	0,00	-	0,00	13 663 994,46
Edifícios e outras construções	56 313 833,81	182 017,83	304 999,75	-	-	-	-1 979 143,03	-	0,00	54 821 708,36
Equipamento básico	5 399 920,81	1 709 418,16	26 995,08	-	-	-	-1 524 171,48	-	-11 796,82	5 600 365,75
Equipamento de transporte	112 204,76	-	-	-	-	-	-75 289,06	-	0,00	36 915,70
Equipamento administrativo	353 822,45	49 139,39	-	-	-	-	-178 826,39	-	0,00	224 135,45
Equipamentos biológicos	0,00	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00
Outros	165 226,61	30 062,53	-	-	-	-	-39 263,69	-	-65,68	155 959,77
Ativos fixos tangíveis em curso	1 653 474,83	1 869 286,03	- 331 994,83	-	-	-	0,00	-	0,00	3 190 766,03
	75 878 277,73	5 624 123,94	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 796 693,65	0,00	-11 862,50	77 693 845,52
Total	75 878 277,73	5 624 123,94	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 796 693,65	0,00	-11 862,50	77 693 845,52

Os Ativos fixos tangíveis em curso representam bens adquiridos ainda em fase de construção/instalação e são mensurados ao custo de aquisição.

a) Ativos fixos tangíveis – adições

Durante o período de relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixos tangíveis:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Adições										Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Doação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas											0,00
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Outros bens de domínio público em curso											0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções											0,00
Infraestruturas											0,00
Património histórico, artístico e cultural											0,00
Ativos fixos em concessão em curso											0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	-	1 145 000	-	-	-	-	-	-	-	639 200	1 784 200,00
Edifícios e outras construções	-	182 017,83	-	-	-	-	-	-	-	-	182 017,83
Equipamento básico	-	1 634 910,55	-	-	-	-	-	-	-	74 507,61	1 709 418,16
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	-	49 139,39	-	-	-	-	-	-	-	-	49 139,39
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Outros	-	30 062,53	-	-	-	-	-	-	-	0,00	30 062,53
Ativos fixos tangíveis em curso	-	1 869 286,03	-	-	-	-	-	-	-	-	1 869 286,03
	0,00	4 910 416,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713 707,61	5 624 123,94
Total	0,00	4 910 416,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	713 707,61	5 624 123,94

As adições de ativos fixos tangíveis têm duas principais tipologias:

- Compras, com um valor global de 4.910.416,33€, onde estão incluídos 1.869.286,03€ relativos a ativos tangíveis em curso;
- Outras, no valor de 713.707,61€, que se referem a doações efetuadas ao Instituto Politécnico de Leiria.

b) Ativos fixos tangíveis – diminuições

No período de relato o impacto na quantia escriturada resultante dos abates foi de 11.671,59€, contudo registou-se o abate de bens no montante de 704.342,35€, maioritariamente sem valor líquido a registar.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Diminuições					Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	0,00
Infraestruturas	-	-	-	-	-	0,00
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	0,00
Outros bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	0,00
Infraestruturas	-	-	-	-	-	0,00
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0,00
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	0,00
Equipamento básico	-	125,23	-	-	11 671,59	-11 796,82
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	0,00
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	0,00
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	0,00
Outros	-	65,68	-	-	-	-65,68
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	0,00
	0,00	-190,91	0,00	0,00	-11 671,59	-11 862,50
Total	0,00	-190,91	0,00	0,00	-11 671,59	-11 862,50

5.3. Ativos fixos tangíveis – outras divulgações

Neste ponto, refira-se, que no decurso de 2024, foi dada continuidade ao processo de regularização cadastral da maioria dos terrenos e edifícios que se encontravam por registar e que constituem parte significativa do património do Instituto Politécnico de Leiria, situação que se encontrava pendente há alguns anos, uma vez que o seu desfecho não dependia exclusivamente do Instituto Politécnico de Leiria.

6. LOCAÇÕES

6.1. Locações financeiras

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria não detém quaisquer bens em regime de locação financeira.

6.2. Locações operacionais – Locatário

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Serviço de cópia e impressão	36 297,80	6 654,56		28 866,18		777,06			777,06	777,06
3 Viaturas de serviço	85 920,76	5 337,31		76 040,17		5 854,44	4 026,15		9 880,59	9 880,59
Total	122 218,56	11 991,87		104 906,35		6 631,50	4 026,15	0,00	10 657,65	10 657,65

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

No período de relato foram reconhecidas as seguintes imparidades:

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo valor	Valor de uso
Cientes	Ativo gerador de Caixa	1 173 462,45	828 859,58	344 602,87		
Contribuintes	Ativo gerador de Caixa	45 362,16	45 362,16	0,00		
Utentes	Ativo gerador de Caixa	1 918 532,02	1 118 602,17	799 929,85		
Total		3 137 356,63	1 992 823,91	1 144 532,72		

Foram registadas em cobranças duvidosas as dívidas de clientes, contribuintes e utentes, cujos prazos de pagamento sejam superiores a 12 meses, num total de 1.992.823,91€, montante sobre o qual foram reconhecidas as imparidades.

Foram constituídas, no período, imparidades de clientes no montante de 146.077,21€, revertidas imparidades no valor de 95.884,80€, apresentando um total de 828.859,58€, que resultam de dívidas de cobrança duvidosa de clientes, em mora há mais de 12 meses. Em clientes, foi ainda registado como incobrável o montante de 34.851,43€.

Foram constituídas, no período, imparidades de estudantes no montante de 193.505,33€ e revertidas imparidades no valor de 182.407,87€, apresentando um total de 1.118.602,17€ que resultam de dívidas de cobrança duvidosa de estudantes, em mora há mais de 12 meses.

10. INVENTÁRIOS

O Instituto Politécnico de Leiria encontra-se a desenvolver a adoção do sistema de registo de inventários, para mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo; atualmente as aquisições desta natureza são reconhecidas como gastos do período.

Nos SAS, os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

Os inventários resumem-se a:

Rubrica	Quantia bruta (1)	Imparidade acumulada (2)	Quantia recuperável (3) = (1) - (2)
Mercadorias	1 392,70		1 392,70
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15 185,73		15 185,73
Produtos acabados e intermédios			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00
Total	16 578,43	0,00	16 578,43

Os movimentos ocorridos no período resumem-se a:

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9) = (1) + (2) - (3) - /+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
		Compras líquidas (2)	Consumos / gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	1 851,71	330 655,64	331 114,55						1 392,80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16 412,16	552 787,55	554 013,98						15 185,73
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
Total	18 263,87	883 443,19	885 128,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 578,53

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e reconhecidos durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
Prestação de serviços	
Serviços de alimentação	92 104,66
Serviços de alojamento	482 317,98
Serviços específicos setor educação	302 021,49
Estudos, pareceres e projetos	402 744,33
Serviços de laboratório	6 050,00
Atividades de saúde	1 756,00
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	2 505,00
Outros serviços	342 416,31
Venda de bens	0,00
Mercadorias	191 023,43
Produtos acabados e intermédios	1 058 387,40
Juros	0,00
Royalties	0,00
Dividendos ou distribuições similares	0,00
Outros rendimentos e ganhos	0,00
Arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos	47 692,72
Outros rendimentos suplementares	148 564,55
Descontos pronto pagamento obtidos	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2 921,69
<i>Outros</i>	0,00
Outros rendimentos do estado	22 590,06
Correções relativas períodos anteriores	64 197,78
Imputação de subsídios e transf. p/investimentos	3 286 490,74
Diferenças de câmbio	365,05
Restituições de impostos	0,00
Outros não especificados	109 406,68
Total	6 563 555,87

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação registados no período de relato têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e balanço:

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	12 451 762,74		1 810 248,88	1 875 934,28	
Multas e outras penalidades	172 690,88				
Transferências sem condição					
Transferências do OE	41 252 727,53				
Transferências com condição	11 614 422,56		59 084 126,83	58 219 016,94	
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição		240 632,49			
Legados, ofertas e doações		724 480,55			
Outros					
TOTAL	65 491 603,71	965 113,04	60 894 375,71	60 094 951,22	0,00

O montante de 41.252.727,53€ corresponde ao rendimento de transferências correntes da administração central, as transferências do OE.

Na transição para o SCN-AP, os subsídios foram reclassificados em outras variações ao património, por se tratar de um subsídio ao investimento. O reconhecimento dos contratos dos rendimentos de transação sem contraprestação obedeceu à nota explicativa de enquadramento da conta 201- devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis⁸.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1. Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 10 = (1) + (5) - (9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5) = (2) + (3) + (4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9) = (6) + (7) + (8)	
Impostos, contribuições e taxas					0,00				0,00	0,00
Garantias a clientes					0,00				0,00	0,00
Processos judiciais em curso	259 754,55				0,00				0,00	259 754,55
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00				0,00				0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00				0,00				0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00				0,00				0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00				0,00				0,00	0,00
Outras provisões	78 393,45	82 302,92			82 302,92		78 393,45		78 393,45	82 302,92
Total	338 148,00	82 302,92	0,00	0,00	82 302,92	0,00	78 393,45	0,00	78 393,45	342 057,47

No final do período de relato, encontram-se constituídas provisões no montante de 342.057,47€, relativas a:

⁸ Portaria n.º 189/2016, de 14 de junho.

- Processos judiciais em curso relativos a situações de pendências com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um despacho desfavorável face à posição defendida pelo Instituto Politécnico de Leiria, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos, alguns concluídos em 2024.
- Outras provisões inclui a estimativa de exfluxos para regularização do pagamento de indemnizações compensatórias de contratos de pessoal docente. O valor da reversão resulta da prescrição de créditos laborais, nos termos no n.º 1 do art.º 337.º do Código do Trabalho.

O efeito nos resultados das provisões foi de um acréscimo de gasto de 3.909,47€, resultante de reforços no montante de 82.302,92€ e reversões pelo montante de 78.393,45€.

15.2. Passivos contingentes

Existem processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, por se considerar pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da materialidade litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. Sendo, em determinadas situações, difícil estimar o montante destes processos.

15.3. Ativos contingentes

Os ativos contingentes resultam da análise de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, mas, porque não são certos, não se encontram registados nas demonstrações. O Grupo Instituto Politécnico de Leiria não identificou ativos contingentes em 2024.

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O valor da variação das taxas de câmbio não é relevante.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas para emissão, pelo Conselho de Gestão do Instituto Politécnico de Leiria, em 25 de junho de 2025.

Quando ocorrem acontecimentos após a data de relato, tanto favoráveis como desfavoráveis, os mesmos são avaliados, podendo ou não levar a ajustamentos nas demonstrações financeiras. Se houver evidência que, à data de relato, já existem estes acontecimentos, são ajustados nas demonstrações financeiras. Por outro lado, se os acontecimentos forem meramente indicativos e se surgirem após a data do relato, e não são materialmente relevantes, devem ser descritos neste ponto como anexo às demonstrações financeiras.

Analisando o período após a data de relato, concluímos que não existem acontecimentos que originem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Participações financeiras – justo valor										0,00
Outros ativos financeiros										0,00
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo										0,00
Outros ativos financeiros										0,00
Investimentos noutras entidades	335 996,40				0,00					335 996,40
Devedores por transferências e subsídios	59 084 126,83								865 109,89	58 219 016,94
Clientes contribuintes e utentes	1 105 736,73			313 144,10	65 234,43			339 582,54		1 144 532,72
Estado	0,00									0,00
Outras contas a receber	11 715 728,97								2 340 772,43	9 374 956,54
Outros ativos financeiros	14 984 047,66				5 596 952,34					20 581 000,00
Caixa e equivalentes de caixa	2 710 030,26				487 431,01					3 197 461,27
Total	89 935 666,85	0,00	0,00	313 144,10	6 149 617,78	0,00	0,00	339 582,54	3 205 882,32	92 852 963,87

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria classifica os ativos financeiros na categoria de investimentos noutras entidades, devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Os ativos financeiros, incluem, ainda, caixa e equivalentes de caixa.

Os devedores por transferências e subsídios registam os valores a receber, a título não reembolsável, de projetos financiados contratualizados e em curso, de acordo com as quantias aprovadas em candidatura e desde que os projetos em causa tenham despesas efetuadas até final do exercício.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes são registadas pelo justo valor, deduzidas de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas contas de perdas por imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu justo valor e incorporam a contrapartida dos rendimentos reconhecidos no próprio período, cuja receita e respetivo recebimento só venha a ocorrer em período ou períodos seguintes.

18.2. Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	579 185,18						295 364,62	283 820,56
Adiantamentos clientes, utentes	53 262,08			5 225,39				58 487,47
Estado	607 100,05			156 126,19				763 226,24
Fornecedores de investimento	300 130,61						24 114,34	276 016,27
Outras contas a pagar	8 840 182,72			471 787,33				9 311 970,05
Outros passivos financeiros	0,00			0,00				0,00
Total	10 379 860,64	0,00	0,00	633 138,91	0,00	0,00	319 478,96	10 693 520,59

Os passivos financeiros referem-se aos decorrentes de relacionamentos contratuais de aquisições de bens e serviços e de outros direitos e obrigações relacionadas com a atividade económica do Grupo Instituto Politécnico de Leiria, designadamente, fornecedores e fornecedores de investimento. Os passivos financeiros são mensurados ao custo, entendido este como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidas.

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, não vencendo juros, são registadas pelo valor nominal que é o equivalente ao seu justo valor.

Na conta Estado e outros entes públicos, os saldos ativos e passivos são apurados com base na legislação em vigor.

Nas outras contas a pagar encontram-se registados pelo seu valor nominal e incorporam a contrapartida dos gastos reconhecidos no próprio período, cuja despesa e respetivo pagamento só venha a ocorrer em período ou períodos seguintes; contempla essencialmente a previsão para férias e subsídio de férias, conforme detalhe apresentado nas Outras Divulgações (ponto 23 deste Anexo às demonstrações financeiras).

18.4. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

No final do período de relato, as participações em associações ou outras entidades eram as seguintes:

Rubricas	Fração do capital detido à data de relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
			Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Participações de capital – ao custo											
Fundação da Escola Profissional de Leiria	45,25%	50 000,00									50 000,00
STARTUPLRA Associação para a Promoção do Empreendedorismo, Inovação e novas tecnologias	23,81%	63 500,00									63 500,00
OPEN-Associação para Oportunidade Específicas de Negócio	10,90%	60 000,00									60 000,00
POOL.NET Portuguese Tooling Network	0,90%	500,00									500,00
OBITEC Associação Óbidos Ciência Tecnologia	0,72%	2 500,00									2 500,00
INOVRÉGIO - Associação de Inovação Regional	6,32%	2 000,00									2 000,00
CCD-Centro de Competências D.Dinis	24,39%	25 000,00									25 000,00
CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas especiais e Plásticos	0,13%	1 496,40									1 496,40
INESC Coimbra - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores de Coimbra	10,00%	50 000,00									50 000,00
ASSOCIAÇÃO CLUSTER PORTUGAL MINERAL RESOURCES	3,00%	1 000,00									1 000,00
APDPCTMP - Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar de Peniche	15,89%	60 000,00									60 000,00
BUILT CoLAB - Collaborative Laboratory for the Future Build Environment	5,00%	12 500,00									12 500,00
SZAQUAcoLAB – Laboratório Colaborativo para uma Aquacultura Sustentável e Inteligente	5,88%	2 500,00									2 500,00
+ATLANTIC ASSOCIAÇÃO LAB COLABORATIVO ATLÂNTICO	3,70%	2 500,00									2 500,00
A ASSOCIAÇÃO KIPT INOVAÇÃO E TURISMO (Laboratório Colaborativo KIPT)	5,00%	2 500,00									2 500,00
Participações de capital – justo valor											
Participação A		0,00									0,00
Participação B		0,00									0,00
...		0,00									0,00
Total		335 996,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	335 996,40

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria é constituído pelo Instituto Politécnico de Leiria e pelos Serviços de Ação Social, nos termos dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria.

Designação	Sede	% Controlo		Controlo Final
		Direto	Indireto	
Serviços de Ação Social	Rua General Norton de Matos 2410-191 Leiria	100%	0%	100%

As transações que ocorrem no exercício de 2024, por natureza de partes relacionadas, foram as seguintes:

Entidade relacionada	natureza do relacionamento	Transação			Saldo no final do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Serviços de Ação Social	Entidade sob controlo comum	Prestação de serviço	323 641,34	47%	0,00	
		Transferencia corrente	371 232,00	53%	0,00	
		Totais	694 873,34		0,00	

O valor de 694.873,34€ foi o montante transferido para os Serviços de Ação Social para fazer face a despesas com prestações de serviços e transferências correntes. Este montante corresponde aos valores pagos comuns eliminados no processo de consolidação.

21. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo Instituto Politécnico de Leiria não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente a investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas individuais.

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1. Ativo corrente

As notas explicativas deste ponto têm por referência o ano 2024 e comparação com o período homólogo.

Devedores por transferências e subsídios

No quadro abaixo, podemos observar os montantes que constituíam a conta de outros devedores por transferências e subsídios em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os aumentos verificados nesta componente devem-se ao registo de novos contratos firmados com entidades financiadoras. O valor global previsto nos contratos foi reconhecido a débito desta conta, por contrapartida de um crédito nas contas de Diferimentos – rendimentos a reconhecer.

Devedores por transferências e subsídios	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
ANI-AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	67 152,77	1 068 741,58
AGENCIA NACIONAL ERASMUS+ EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	18 897 911,25	16 037 386,83
AMA-AGÊNCIA PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P	0,00	12 750,00
COMISSÃO COORDENAÇÃO E DES. REGIONAL CENTRO-CCDR	4 912 414,84	3 986 740,90
CENTRO DE CIÊNCIAS DO MAR DO ALGARVE	9 807,00	9 807,00
CIÊNCIA VIVA - AG. NAC. CULTURA CIENT. TECNOLÓGICA	764,80	392,00
COTHN - CENTRO OPER. TECN. HORTOFR. NACIONAL	10 466,16	467,08
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR	8 162 131,11	8 078 126,02
EACEA-ED. AUDIOVISUAL EXECUTIVE AGENCY	52 893,80	264 938,90
ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	0,00	5 001,55
FUNDAÇÃO CIENCIA TECNOLOGIA I.P(FCT)	5 886 642,65	8 203 428,83
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	6 421 401,41	2 412 051,85
ICA - INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL, I.P.	0,00	2 223,20
INESC TEC-INST ENG SIST E COMPUT. TECNOL E CIÊNCIA	28 274,75	28 274,75
INSIGNARE - ASSOCIAÇÃO ENSINO E FORMAÇÃO (EPO)	35 907,90	
INST.EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (DSF)	107 537,64	7 054,05
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	166 153,27	166 153,27
INSTITUTO DE GESTÃO DO FSE, I.P.	43 465,04	86 461,03
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	47 973,26	47 973,26
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR	50 431,20	
LEADER OESTE-ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO RURAL	37 556,15	
POPH - PROGRAMA OPERACIONAL DO POTENCIAL HUMANO	0,00	659 886,80
UNIV. PORTUGALENSE - COOP.ENS.SUP.UNIV CRL	74 698,13	93 656,25
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR		-8 559,91
UNIVERSIDADE DA MADEIRA	11 264,86	14 594,53
UNIVERSIDADE DE AVEIRO	31 881,57	112 236,87
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	495 660,07	687 179,31
PRODEQ-ASSOC. DESENV. ENGº. QUIMICA-UNIV. COIMBRA	768,00	768,00
UNIVERSIDADE DO PORTO	299 241,25	192 696,79
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM	56 960,80	246 732,69
INSTITUTO POLITECNICO DE COIMBRA	434 952,01	394 907,19
AICEP-AGÊNCIA INV. COM. EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E		48 079,96
INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO		2 992,89
MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS	123,19	
INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	845,78	845,78
ASSOCIAÇÃO DE JARDINS-ESCOLAS J.ÃO DE DEUS	1 039,60	1 039,60
INSTITUTO FINANC. AGRICULTURA E PISCAS (PRODER)	25 377,51	268 788,16
UNIVERSIDADE DO ALGARVE	7 297,25	7 297,25
LIMERICK INSTITUTE OF TECHNOLOGY	61 523,95	61 523,95
UNIVERSIDADE DE ÉVORA	109 276,08	31 316,56
CENTRO INTER. DE INVESTIGAÇÃO MARINHA AMBIENTAL	7 113,96	46 240,38
INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	34 838,27	21 975,61
AGENCIA P/DESENVOLVIMENTO COESÃO, IP.	430 941,93	4 573 260,72
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	7 543,75	11 354,74
DIRECÇÃO-GERAL DE POLÍTICA DO MAR		2 929,98
DRT RAPID - PROTÓTIPOS E MOLDES, LDA		1 898,31
UAB-UNIVERSITAT AUTONOMA BARCELONA	9 813,20	9 813,20
ISPA, CRL		1 536,76
LANDKREIS KASSEL DER KREI	6 407,00	6 407,00
FACULDADE DE FARMACIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA		-100 079,48
FUNDO AMBIENTAL	6 324 339,42	5 589 566,76
KAARKOIS SUOMEN AMMATIKORKEA	886,94	886,94
UNIVERSITÄT DUISBURG-ESSEN	16 157,00	16 157,00
FUNDACIÓN INSTITUTO HIDRÁULICA AMBIENTAL CANTABRIA	69 615,90	69 615,90
FUNDO AZUL	151 989,50	151 989,50
FUNDACION OXFAM INTERMON		530,41
FUNDAÇÃO PARA O DESENV. DO SISTEMA EDUCACIONAL		8 103,00
UNIV.NOVA LISBOA-FACUL.CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	160,58	20 517,87
SOLANCIS - SOCIEDADE EXPORTADORA DE PEDRAS, S.A.		898,31
TECFIL - TÉCNICA FABRICO DE FIOS, S.A.		898,31
ESC.SUP. HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL (ESHTE)	796,13	796,13
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	90 478,30	385 755,83
INSTITUTO DE ENGENHARIA BIOMÉDICA (INEB PORTO)		1 487,50
ATHLONE INSTITUTE OF TECHNOLOGY	1 019 402,40	1 019 402,40
INTERREG SUDUE - SECRETARIA CONJUNTA SUDOE		104 874,61
AUTORIDADE DE GESTÃO DO COMPETE 2020	377 079,41	788 006,77
FUNDAÇÃO AMÉLIA DA SILVA DE MELLO	24 583,33	24 583,33
FUNDACIÓ BANCÀRIA "LA CAIXA"	2 500,00	2 500,00
CASULO UNIPessoal LDA	13 074,14	13 074,14
EISMEA-EUROPEAN INNOV. COUNCIL AND SMES EX. AGENCY		55 499,02
UNIVERSIDAD DE BURGOS	11 869,00	23 738,00
REA - EUROPEAN RESEARCH EXECUTIVE AGENCY	148 500,00	148 500,00
BIOLOGICKE CENTRUM AV CR V	40 251,90	64 548,75
NATIONAL FOUNDATION FOR CELIAC AWARE	116 286,22	208 147,33
DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGO PÚBLICO	92 250,00	92 250,00
EIT HEALTH	106 083,18	207 416,50
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL	2 257 651,00	2 257 651,00
HOGESCHOOL INHOLLAND	4 406,00	
ORGANIZATIA UMANITARA CONCORDIA [CONCORDIA]	49 721,40	
VRIJE UNIVERSITEIT BRUSSEL	24 930,00	
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DESENV. REGIONAL NORTE	204 112,50	
MUNICÍPIO DA BATALHA	4 000,00	
MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA	4 000,00	
DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO SUPERIOR	17 439,53	17 439,53
Total	58 219 016,94	59 084 126,83

Cientes, contribuintes e utentes

A componente de clientes, contribuintes e utentes evidencia, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Cientes contribuintes e utentes	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
Cientes	344 602,87	358 180,27
Clientes conta corrente	344 602,87	358 180,27
Clientes cobrança duvidosa	828 859,58	813 518,60
Perdas por imparidade acumuladas	-828 859,58	-813 518,60
Contribuintes	0,00	0,00
Contribuintes conta corrente	0,00	0,00
Contribuintes cobrança duvidosa	45 362,16	45 362,16
Perdas por imparidade acumuladas	-45 362,16	-45 362,16
Utentes	799 929,85	747 556,46
Utentes conta corrente	799 929,85	747 556,46
Utentes cobrança duvidosa	1 118 602,17	1 107 504,71
Perdas por imparidade acumuladas	-1 118 602,17	-1 107 504,71
Total	1 144 532,72	1 105 736,73

Outras contas a receber

As outras contas a receber evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte estrutura:

Outras contas a receber	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
Devedores por acréscimo de rendimentos do OE	6 574 121,88	5 600 003,24
Devedores por acréscimo de rendimentos de prestações de serviços	371 980,76	323 723,84
Devedores por acréscimo de rendimentos de projetos cofinanciados	2 428 218,45	5 791 234,44
Cauções	490,70	490,70
Outros devedores	-132,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	276,75	276,75
Total	9 374 956,54	11 715 728,97

Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, no final do período de relato, eram constituídos por:

Diferimentos ativos	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
Transferências e subs. concedidos	49 736,61	39 733,89
Serviços especializados	1 028,47	974,91
Publicidade	2 066,94	1 350,89
Conservação e reparação	36 679,38	1 148,92
Materiais de consumo	500,28	762,07
Quotizações	132,55	2 051,77
Serviços diversos	93 087,10	134 164,75
Total	183 231,33	180 187,20

23.2. Passivo corrente e não corrente

As notas explicativas deste ponto têm por referência o ano 2024 e comparação com o período homólogo.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a conta de Estado e outros entes públicos era constituída por:

Estado e outros entes públicos	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
Retenções de impostos sobre rendimentos	11 036,10	15 976,48
Iva a pagar	225 958,41	40 338,34
Caixa Geral de Aposentações	7 662,68	13 756,57
Segurança Social	518 569,05	536 879,34
Outros subsistemas de saúde	0,00	149,32
Total	763 226,24	607 100,05

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a conta de outras contas a pagar era constituída por:

Outras contas a pagar	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
Credores por acréscimo de gastos - Remunerações a liquidar	8 181 258,27	7 415 899,06
Credores por acréscimo de gastos - serviços	159 223,81	261 496,72
Credores por acréscimo de gastos - juros		
Sindicatos	0,00	573,49
Outros credores estado	0,00	0,00
Outros	811 679,96	1 003 498,18
Comandos	20 710,49	20 002,99
Garantias depósito	98 826,47	97 352,06
Outros	40 271,05	41 360,22
Total	9 311 970,05	8 840 182,72

Diferimentos passivos

Os diferimentos de rendimentos a reconhecer evidenciam, ao final do período de relato, a seguinte composição:

Diferimentos passivos	Valor a 31/12/2024	Valor a 31/12/2023
Passivo não corrente	177 661,32	182 168,04
Transferências e sub. capital obtidos c/ condições	177 661,32	182 168,04
Passivo corrente	65 255 112,18	62 354 973,17
Transferências e sub. correntes obtidos c/ condições	54 802 513,89	55 708 610,15
Transferências e sub. capital obtidos c/ condições	6 563 815,73	3 028 278,76
Rendimentos da área da educação	2 739 918,34	2 508 086,31
Outros (de prestações de serviços e projetos)	1 148 864,22	1 109 997,95
Total	65 432 773,50	62 537 141,21

23.3. Rendimentos

Impostos, contribuições e taxas

Impostos e taxas	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Propinas formação inicial	6 345 152,76	50,26%	6 765 959,92	51,38%	-420 807,16	-6,22%
Propinas pós graduações	318 870,12	2,53%	410 099,78	3,11%	-91 229,66	-22,25%
Propinas mestrados	2 555 528,55	20,24%	2 688 563,45	20,42%	-133 034,90	-4,95%
Propinas doutoramentos	6 950,00	0,06%	0,00	0,00%	6 950,00	-
Propinas TeSP	1 552 410,08	12,30%	1 628 792,47	12,37%	-76 382,39	-4,69%
Propinas cursos preparatórios	64 521,39	0,51%	56 604,25	0,43%	7 917,14	13,99%
Propinas de formação contínua	224 769,00	1,78%	123 702,00	0,94%	101 067,00	81,70%
Diplomas e certidões e fotocópias	149 838,70	1,19%	136 947,15	1,04%	12 891,55	9,41%
Taxas matrícula, exames e melhorias de nota	601 028,05	4,76%	722 588,95	5,49%	-121 560,90	-16,82%
Multas	172 690,88	1,37%	169 799,06	1,29%	2 891,82	1,70%
Outras taxas	632 694,09	5,01%	464 209,99	3,53%	168 484,10	36,29%
Total	12 624 453,62	100,00%	13 167 267,02	100,00%	-542 813,40	-4,12%

Vendas e Prestações de serviços

Vendas e prestações de serviços	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Fotocópias, impressos e publicações	460,97	0,02%	845,78	0,03%	-384,81	-45,50%
Livros e documentação técnica	133,96	0,00%	56,37	0,00%	77,59	137,64%
Produtos alimentares e bebidas	190 562,46	6,61%	218 517,84	6,77%	-27 955,38	-12,79%
Refeições	1 058 253,44	36,73%	1 026 333,17	31,78%	31 920,27	3,11%
Total Venda de bens	1 249 410,83	43,36%	1 245 753,16	38,58%	3 657,67	0,29%
Serviços de alimentação	92 104,66	3,20%	143 688,18	4,45%	-51 583,52	-35,90%
Serviços de alojamento	482 317,98	16,74%	579 013,24	17,93%	-96 695,26	-16,70%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	402 744,33	13,98%	406 895,34	12,60%	-4 151,01	-1,02%
Serviços de laboratórios	6 050,00	0,21%	4 115,00	0,13%	1 935,00	47,02%
Serviços específicos do setor da educação	302 021,49	10,48%	518 686,53	16,06%	-216 665,04	-41,77%
Patrocínios e apoios	193 991,06	6,73%	105 525,53	3,27%	88 465,53	83,83%
Serviços de impressão, fotocópias e reprografia	6 398,53	0,22%	6 984,09	0,22%	-585,56	-8,38%
Conferências, seminários e congressos	31 487,50	1,09%	108 158,50	3,35%	-76 671,00	-70,89%
Outros	114 800,22	3,98%	110 311,60	3,42%	4 488,62	4,07%
Total Prestações de serviços	1 631 915,77	56,64%	1 983 378,01	61,42%	-351 462,24	-17,72%
Total	2 881 326,60	100,00%	3 229 131,17	138,58%	-347 804,57	-10,77%

Transferências e subsídios correntes obtidos

Transferências e subsíd. correntes obtidos	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Administração Central	40 931 601,62	77,42%	42 333 542,42	71,46%	-1 401 940,80	-3,31%
Financiamentos da UE	11 892 832,58	22,50%	16 893 588,31	28,52%	-5 000 755,73	-29,60%
Instituições s/ fins lucrativos e privadas	42 715,89	0,08%	11 150,00	0,02%	31 565,89	283,10%
Total	52 867 150,09	100,00%	59 238 280,73	100,00%	-6 371 130,64	-10,76%

Reversões

Reversões	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
De perdas de imparidade	278 292,67	78,02%	199 604,61	56,08%	78 688,06	39,42%
De provisões	78 393,45	21,98%	156 297,02	43,92%	-77 903,57	-49,84%
Total	356 686,12	100,00%	355 901,63	100,00%	784,49	0,22%

Outros rendimentos

Outros rendimentos	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Arrendamentos de espaços	47 692,72	1,30%	56 033,94	1,49%	-8 341,22	-14,89%
Outros rendimentos suplementares	10 302,37	0,28%	126 785,24	3,37%	-116 482,87	-91,87%
Descontos pronto pagamento obtidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	-
Alienações	2 921,69	0,08%	1 816,98	0,05%	1 104,71	60,80%
Indemnizações	160 255,46	4,35%	657,63	0,02%	159 597,83	24268,64%
Reposições não abatidas	42 743,29	1,16%	16 788,87	0,45%	25 954,42	154,59%
Outras correções	21 454,49	0,58%	15 612,39	0,42%	5 842,10	37,42%
Imputação sub. e transf. p/ investimento	3 286 518,18	89,25%	3 423 622,20	91,11%	-137 104,02	-4,00%
Dif. câmbio e Outros não especificadas	365,05	0,01%	104,38	0,00%	260,67	249,73%
Outros não especificados	109 976,02	2,99%	116 160,93	3,09%	-6 184,91	-5,32%
Total	3 682 229,27	100,00%	3 757 582,56	100,00%	-75 353,29	-2,01%

23.4. Gastos

Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Trabalhos especializados	1 436 158,45	17,49%	1 772 432,51	21,13%	-336 274,06	-18,97%
Publicidade	388 419,80	4,73%	312 095,56	3,72%	76 324,24	24,46%
Vigilância e segurança	610 454,61	7,43%	552 614,13	6,59%	57 840,48	10,47%
Conservação e reparação	568 011,85	6,92%	498 465,10	5,94%	69 546,75	13,95%
Ferramentas e utensílios	34 251,92	0,42%	71 326,44	0,85%	-37 074,52	-51,98%
Material de escritório	40 114,96	0,49%	36 715,57	0,44%	3 399,39	9,26%
Produtos químicos e de laboratório	383 400,14	4,67%	436 249,92	5,20%	-52 849,78	-12,11%
Electricidade	1 254 534,63	15,27%	1 544 668,60	18,42%	-290 133,97	-18,78%
Combustíveis/outros fluidos	235 307,87	2,86%	241 114,15	2,87%	-5 806,28	-2,41%
Água	187 661,66	2,28%	187 088,77	2,23%	572,89	0,31%
Deslocações, estadas e transportes	602 089,77	7,33%	523 318,98	6,24%	78 770,79	15,05%
Transportes de pessoal	33 421,34	0,41%	56 604,42	0,67%	-23 183,08	-40,96%
Rendas e alugueres	165 523,59	2,02%	168 141,48	2,00%	-2 617,89	-1,56%
Comunicações	104 992,73	1,28%	132 538,23	1,58%	-27 545,50	-20,78%
Seguros	62 657,57	0,76%	77 868,85	0,93%	-15 211,28	-19,53%
Limpeza e higiene	967 781,39	11,78%	887 371,85	10,58%	80 409,54	9,06%
Honorários	54 196,03	0,66%	5 695,04	0,07%	48 500,99	851,64%
Licenciamento de software	395 035,73	4,81%	272 109,44	3,24%	122 926,29	45,18%
Seminários, exposições e similares	184 896,84	2,25%	204 530,36	2,44%	-19 633,52	-9,60%
Outros serviços e materiais	504 667,86	6,14%	406 470,70	4,85%	98 197,16	24,16%
Total	8 213 578,74	57,86%	8 387 420,10	56,13%	-173 841,36	-2,07%

Gastos com Pessoal

Gastos com o pessoal	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Remunerações base do pessoal	35 007 732,85	63,97%	34 577 261,31	65,65%	430 471,54	1,24%
Subsídios de férias e natal	7 040 865,61	12,87%	6 110 773,44	11,60%	930 092,17	15,22%
Suplementos de remuneração (1)	1 688 885,22	3,09%	1 669 754,61	3,17%	19 130,61	1,15%
Outros encargos sociais	461 957,95	0,84%	339 084,62	0,64%	122 873,33	36,24%
Outras remunerações	476 303,79	0,87%	266 696,83	0,51%	209 606,96	78,59%
Encargos sobre remunerações (2)	10 049 115,10	18,36%	9 704 563,85	18,43%	344 551,25	3,55%
Total	54 724 860,52	100,00%	52 668 134,66	100,00%	2 056 725,86	3,91%

(1) Suplementos de remunerações: incluem, entre outros, subsídios de alimentação, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho suplementar.
(2) Encargos sobre remunerações: incluem as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, as contribuições para a Segurança Social e os encargos decorrentes da parentalidade.

Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Administração Central	136 213,45	4,38%	49 504,86	1,75%	86 708,59	175,15%
Outras entidades públicas	7 366,14	0,24%	4 974,43	0,18%	2 391,71	48,08%
Instituições sem fins lucrativos	122 572,22	3,95%	110 606,48	3,92%	11 965,74	10,82%
Famílias	2 799 631,24	90,12%	2 645 759,44	93,78%	153 871,80	5,82%
Soc. E quase-sociedades não financeiras	40 860,46	1,32%	10 345,18	0,37%	30 515,28	-
Total	3 106 643,51	100,00%	2 821 190,39	100,00%	285 453,12	10,12%

Perdas por imparidade e Provisões do período

Perdas por imparidade e Provisões do período	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Perdas por imparidade	339 582,54	80,49%	276 175,13	70,26%	63 407,41	22,96%
Provisões do período	82 302,92	19,51%	116 902,82	29,74%	-34 599,90	-29,60%
Total	421 885,46	100,00%	393 077,95	100,00%	28 807,51	7,33%

Outros gastos

Outros gastos	2024		2023		unidade: euros Δ 2024/2023	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Valor	%
Impostos e taxas	212 250,48	42,73%	90 590,53	3,10%	121 659,95	134,30%
Gastos em investimentos não financeiros	37 333,65	7,52%	12 229,84	0,42%	25 103,81	205,27%
Correções relativas a períodos anteriores	176 230,09	35,48%	2 745 365,38	94,08%	-2 569 135,29	-93,58%
Quotizações	64 902,77	13,07%	58 141,31	1,99%	6 761,46	11,63%
Dif. Câmbio desfavoráveis	494,79	0,10%	362,58	0,01%	132,21	36,46%
Outros (serviços bancários)	3 004,37	0,60%	2 834,69	0,10%	169,68	5,99%
Gastos e perdas p/ juros	2 541,06	0,51%	8 727,89	0,30%	-6 186,83	-70,89%
Total	496 757,21	100,00%	2 918 252,22	100,00%	-2 421 495,01	-82,98%

Gastos com depreciações e amortizações

Gastos de depreciação e amortizações	2024		2023		unidade: euros	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura	Δ 2024/2023	
					Valor	%
Ativos fixos tangíveis	3 796 693,65	93,40%	3 815 018,03	89,76%	-18 324,38	-0,48%
Ativos Intangíveis	268 231,69	6,60%	435 344,80	10,24%	-167 113,11	-38,39%
Total	4 064 925,34	100,00%	4 250 362,83	100,00%	-185 437,49	-4,36%



Relatório de Atividades e Gestão Consolidado

Instituto Politécnico de Leiria
Serviços de Ação Social

2024



Demonstrações Orçamentais Consolidadas



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental das entidades. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das modificações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais compreendem três componentes principais, designadamente: demonstrações previsionais, demonstrações de relato e demonstrações orçamentais consolidadas. Irão assumir especial relevo as demonstrações de relato consolidadas de 2024, cuja preparação foi realizada em consonância com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações de relato orçamental individual podem ser consultadas no Relatório de Gestão do Instituto Politécnico de Leiria e no Relatório de Gestão dos Serviços de Ação Social.

DORC1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental do Grupo que relata. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, a informação organizada por classificação económica da execução orçamental.

RUBRICA DE RECEBIMENTOS			RUBRICA DE PAGAMENTOS		
	n	n-1		n	n-1
Saldo de gerência anterior	2 710 030,26	3 095 841,58			
Operações orçamentais [1]	1 504 238,38	1 259 448,69			
Devolução do saldo oper. orçamentais					
Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades					
terceiras					
Operações de tesouraria [A]	1 205 791,88	1 836 392,89			
Receita corrente	75 587 701,78	75 196 999,41	Despesa corrente	66 632 599,19	61 933 914,00
R1 Receita fiscal			D1 Despesas com o pessoal	52 234 946,22	49 341 126,08
R11 Impostos diretos			D11 Remunerações Certas e Permanentes	43 606 359,05	42 262 192,78
R12 Impostos indiretos			D12 Abonos Variáveis ou Eventuais	437 794,47	314 478,39
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D13 Segurança social	9 984 629,71	9 658 275,05
R3 Taxas, multas e outras penalidades	12 610 777,50	13 044 420,26	D2 Aquisição de bens e serviços	10 296 535,32	11 314 298,04
R4 Rendimentos de propriedade	3 196,60		D3 Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5 Transferências e Subsídios Correntes	59 618 541,86	58 579 031,61	D4 Transferências e subsídios correntes	2 877 896,95	2 785 025,74
R51 Transferências Correntes	59 618 541,86	58 431 592,64	D41 Transferências correntes	2 877 896,95	2 785 025,74
R511 Administrações Públicas	43 144 848,31	43 567 214,70	D411 Administrações Públicas	67 228,49	13 382,71
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	40 014 433,21	41 463 154,00	D4111 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	3 043 298,68	2 036 106,24	D4112 Administração Central - Outras Entidades	139 187,02	67 228,49
R5.1.1.3 Segurança Social	66 932,53	59 954,46	D4113 Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	D4114 Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	20 183,89	8 000,00	D4115 Administração Local	0,00	0,00
R512 Exterior - UE	16 381 497,18	14 498 037,73	D412 Entidades do Setor não lucrativo	160 007,11	167 440,32
R513 Outras	92 196,37	366 340,21	D413 Famílias	2 846 923,33	2 630 823,55
R52 Subsídios Correntes	0,00	147 438,97	D414 Outras	66 803,22	12 404,59
R6 Venda de bens e serviços	3 254 239,90	3 342 098,20	D42 Subsídios correntes	0,00	0,00
R7 Outras receitas correntes	100 945,92	231 449,34	D5 Outras despesas correntes	296 377,27	205 457,98
Receita de capital	2 625 698,22	7 548 496,39	Despesa de capital	1 480 862,34	1 434 900,61
R8 Venda de bens de investimento	2 727,63	770,24	D6 Aquisição de bens de capital	4 156 727,04	1 480 862,34
R9 Transferências e subsídios de capital	2 462 715,13	7 533 033,52	D7 Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R91 Transferências de capital	2 462 715,13	7 533 033,52	D71 Transferências de capital	0,00	0,00
R911 Administrações Públicas	2 337 612,03	7 265 816,01	D711 Administrações Públicas	0,00	0,00
R9111 Administração Central - Estado Português	1 571 926,60	518 050,18	D7111 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9112 Administração Central - Outras entidades	765 685,43	6 747 765,83	D7112 Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00
R9113 Segurança Social	0,00	0,00	D7113 Segurança Social	0,00	0,00
R9114 Administração Regional	0,00	0,00	D7114 Administração Regional	0,00	0,00
R9115 Administração Local	0,00	0,00	D7115 Administração Local	0,00	0,00
R912 Exterior - U E	125 103,10	266 694,92	D712 Entidades do Setor não lucrativo	0,00	0,00
R913 Outras	0,00	522,59	D713 Famílias	0,00	0,00
R92 Subsídios de capital	0,00	0,00	D714 Outras	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	160 255,46	14 692,63	D72 Subsídios de capital	0,00	0,00
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	45 523,24	596 803,08	D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	78 258 923,24	83 342 298,88	Despesa efetiva [5]	71 991 343,54	68 113 461,53
Receita não efetiva [3]	14 984 047,66		Despesa não efetiva [6]	20 581 000,00	14 984 047,66
R12 Receita com ativos financeiros	14 984 047,66		D10 Despesa com ativos financeiros	20 581 000,00	14 984 047,66
R13 Receita com passivos financeiros			D11 Despesa com passivos financeiros		
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	94 747 209,28	84 601 747,57	Soma [7]=[5]+[6]	92 572 343,54	83 097 509,19
Operações de tesouraria [B]	2 321 701,27	1 456 898,35	Operações de tesouraria [C]	2 504 897,62	2 087 499,36
			Saldo para a gerência seguinte	3 197 461,27	2 710 030,26
			Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 174 865,74	1 504 238,38
			Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	1 022 595,53	1 205 791,88
			Saldo global [2] - [5]	6 267 579,70	15 228 837,35
			Despesa primária	71 991 343,54	68 113 461,53
			Saldo corrente	7 753 085,28	8 564 400,22
			Saldo de capital	-1 531 028,82	6 067 634,05
			Saldo primário	6 267 579,70	927 365,32
			Receita total [1]+[2]+[3]	94 747 209,28	84 601 747,57
			Despesa total [5]+[6]	92 572 343,54	83 097 509,19

DORC2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

RUBRICA DE RECEBIMENTOS		n	n-1	RUBRICA DE PAGAMENTOS		n	n-1
	Saldo de gerência anterior	1 557 712,60	3 095 841,58				
	Operações orçamentais [1]	1 504 238,38	1 259 448,69				
	Devolução do saldo oper. orçamentais						
	Recebimento do saldo oper. orçamentais devolvido por entidades						
	terceiras						
	Operações de tesouraria [A]	53 474,22	1 209 100,97				
	Receita corrente	107 656 206,27	110 614 052,59		Despesa corrente	68 782 254,98	67 942 244,74
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	54 567 648,86	52 804 885,21
R11	Impostos diretos			D11	Remunerações Certas e Permanentes	43 781 317,44	42 451 073,27
R12	Impostos indiretos			D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	438 970,93	316 305,80
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D13	Segurança social	10 347 360,49	10 037 506,14
R3	Taxas, multas e outras penalidades	14 616 614,17	14 958 310,93	D2	Aquisição de bens e serviços	10 670 250,61	12 022 623,68
R4	Rendimentos de propriedade	3 196,60		D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R5	Transferências e Subsídios Correntes	88 748 000,88	91 073 754,56	D4	Transferências e subsídios correntes	3 225 386,59	2 903 699,28
R51	Transferencias Correntes	88 748 000,88	90 926 315,59	D41	Transferências correntes	3 225 386,59	2 903 699,28
R511	Administrações Públicas	50 139 660,77	53 061 528,78	D411	Administrações Publicas	139 187,02	67 228,49
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	40 227 777,02	41 463 154,00	D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	9 816 767,33	11 455 514,74	D4112	Administração Central - Outras Entidades	139 187,02	67 228,49
R5.1.1.3	Segurança Social	66 932,53	134 860,04	D4113	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4114	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	28 183,89	8 000,00	D4115	Administração Local	0,00	0,00
R512	Exterior - UE	38 413 200,90	37 350 767,71	D412	Entidades do Setor não lucrativo	161 627,11	167 919,36
R513	Outras	195 139,21	514 019,10	D413	Famílias	2 857 769,24	2 654 646,84
R52	Subsídios Correntes	0,00	147 438,97	D414	Outras	66 803,22	13 904,59
R6	Venda de bens e serviços	4 097 425,68	4 257 967,46	D42	Subsídios correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	190 968,94	324 019,64	D5	Outras despesas correntes	318 968,92	211 036,57
	Receita de capital	31 779 638,86	34 641 964,21		Despesa de capital	4 587 089,63	1 719 525,69
R8	Venda de bens de investimento	3 962,55	1 816,98	D6	Aquisição de bens de capital	4 587 089,63	1 719 525,69
R9	Transferências e subsídios de capital	31 615 420,85	34 625 454,60	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R91	Transferências de capital	31 615 420,85	34 625 454,60	D71	Transferências de capital		
R911	Administrações Públicas	30 386 287,04	33 972 456,95	D711	Administrações Publicas		
R9111	Administração Central - Estado Português	8 078 126,02	8 596 176,20	D7111	Administração Central - Estado Português		
R9112	Administração Central - Outras entidades	22 308 161,02	25 376 280,75	D7112	Administração Central - Outras Entidades		
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	D7113	Segurança Social		
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	D7114	Administração Regional		
R9115	Administração Local	0,00	0,00	D7115	Administração Local		
R912	Exterior - U E	1 229 133,81	652 475,06	D712	Entidades do Setor não lucrativo		
R913	Outras	0,00	522,59	D713	Famílias		
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	D714	Outras		
R10	Outras receitas de capital	160 255,46	14 692,63	D72	Subsídios de capital		
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	48 275,55	599 555,39	D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [2]	139 484 120,68	145 855 572,19		Despesa efetiva [5]	73 369 344,61	69 661 770,43
	Receita não efetiva [3]	14 984 047,66			Despesa não efetiva [6]	20 581 000,00	14 984 047,66
R12	Receita com ativos financeiros	14 984 047,66		D10	Despesa com ativos financeiros	20 581 000,00	14 984 047,66
R13	Receita com passivos financeiros			D11	Despesa com passivos financeiros		
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	155 972 406,72	147 115 020,88		Soma [7]=[5]+[6]	93 950 344,61	84 645 818,09

